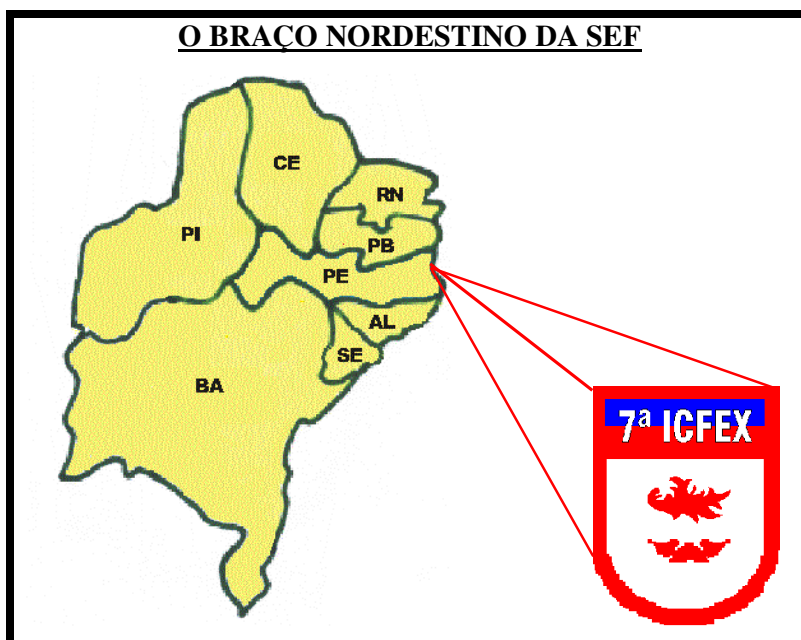




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 11
(30 DE NOVEMBRO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ANEXOS	A S S U N T O S	PÁGINA
“A”	- Adicional de Habilitação	2
“B”	- Aplicabilidade de súmulas do TCU	7
“C”	- Auxílio Fardamento	30
“D”	- Férias não gozadas	38
“E”	- Suprimento de Fundos	44

ANEXO “A”
ADICIONAL DE HABILITAÇÃO

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

Of nº 324 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

Brasília, 04 de novembro de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe do Gabinete da Secretaria de Economia e Finanças do Exército

Assunto: adicional de habilitação

Ref : Of nº 195-SG1.2/SEF, de 13 out 08

Anexos: Parecer nº 075/AJ/SEF, de 04 nov 08.

1. Versa o presente expediente sobre estudo realizado acerca da concessão de adicional de habilitação.

2. Em atenção ao documento citado na referência, encaminho-vos o Parecer constante do anexo, contendo o posicionamento desta Secretaria, para conhecimento e providências cabíveis.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS
“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	Pág 3	
----------	--	-------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

PARECER Nº 075/AJ/SEF

Brasília, 04 de novembro de 2008.

1. EMENTA – adicional de habilitação; curso de especialização realizado fora da Força Terrestre; necessidade de certificado de conclusão; nascimento do direito.

2. OBJETO – esclarecer o momento em que o militar passa a fazer jus ao adicional de habilitação de especialização por conta de curso realizado fora da Força.

3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- a. Lei nº 9.786, de 08 Fev 1999 – Lei de Ensino no Exército;
- b. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 Ago 2001 – Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas;
- c. Decreto 4.307, de 18 Jul 2002 - Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001;
- d. Decreto nº 3.182, de 23 Set 1999 – Regulamento da Lei de Ensino no Exército
- e. Portaria nº 051-EME, de 10 Jul 2002 – Aprova as Diretrizes Gerais para Reconhecimento e Cadastramento de Cursos e Estágios no Exército Brasileiro
- f. Portaria nº 045-DGP, de 16 Ago 2000 – Aprova as Normas para Cadastramento de Cursos, Estágio e Credenciamento Lingüístico;

4. RELATÓRIO

a. Trata-se de questão oriunda da Diretoria de Auditoria (D Aud), Organização Militar Diretamente Subordinada (OMDS) a esta Secretaria de Economia e Finanças (SEF).

b. Com efeito, o Subdiretor de Auditoria, por meio do Encam nº 208-SG1/D Aud, de 25 set 08, apresentou cópia da transcrição, em Boletim Interno daquela OMDS, das seguintes alterações envolvendo o 1º Ten QCO MARCELO DE FARIA **PAULINO**:

1) Boletim Interno/D Aud nº 052, de 14 dez 07 - Declaração – constando a conclusão, em 26 abr 07, do Curso de Pós-Graduação “Lato sensu”, à distância, em Criptografia e Segurança em Redes, realizado no âmbito de convênio entre a Universidade Federal Fluminense e o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército.

2) Boletim Interno/D Aud nº 027, de 04 jul 08 - Certificado – tornando pública a apresentação, em 01 jul 08, do Certificado de conclusão do Curso de Especialização em Criptografia e Segurança em Redes e determinando diligências para comprovação da validade do certificado e veracidade das informações apresentadas.

7ª ICEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 4	
---------	---	-------	--

(Continuação do Parecer 075/AJ/SEF, de 04 de novembro de 2008 – página 2)

3) Boletim Interno/D Aud nº 034, de 22 ago 08 - Certificado – Conclusões sobre o resultado das diligências levadas a efeito para comprovação da validade e veracidade de informações. Complemento da Informação, atestando que o Oficial aplica, efetivamente, os conhecimentos adquiridos no referido curso em sua atividade funcional.

c. Atendendo solicitação desta Assessoria Jurídica, o 1º Ten PAULINO apresentou cópia de sua ficha individual, retirada do sítio do Departamento-Geral do Pessoal, data de 27 out 08, constando o registro do Curso “QNZ01 – Especialidade – Criptografia e Segurança em Redes”, concluído em 26 abr 07.

5. APRECIACÃO

a. De acordo com o entendimento há muito sedimentado no âmbito desta Secretaria, para fazer jus ao adicional de habilitação em 16%, deve o militar:

- 1) ter concluído com êxito curso de especialização na sua área de atuação;
- 2) estar esse curso cadastrado de acordo com as normas pertinentes;
- 3) utilizar-se, no âmbito de suas atribuições funcionais, dos conhecimentos adquiridos nessa especialização.

b. Não resta dúvida, ante a comprovação da publicação na Ficha Individual do militar, que o curso está cadastrado de acordo com a Portaria nº 020-EME, de 1993, atual Portaria nº 101-EME, de 01 ago 07. Do mesmo modo, haja vista a publicação em Boletim Interno /D Aud, já transcrita acima, ficou patente que o 1º Ten PAULINO utiliza os conhecimentos adquiridos no curso no desempenho de suas atribuições funcionais.

c. No que diz respeito à validade da Declaração apresentada pelo oficial em tela, bem como ao momento do fato gerador do direito ao adicional de habilitação, cabe, inicialmente, destacar o constante do Parecer nº 031/AJ/SEF, de 12 ago 05:

3) A dúvida que ora se apresenta recai sobre o momento em que esse direito deve começar a ser efetivamente pago: a partir do momento da conclusão real do curso ou a partir do momento em que se comprova o término do mesmo mediante a entrega do respectivo certificado na OM com a conseqüente averiguação.

4) A legislação atinente à matéria elucida o caso de modo a não deixar dúvidas. Com efeito, é razoável considerar que o momento em que o militar passa a fazer jus ao adicional relativo ao curso concluído recai, necessariamente, na comprovação documental dessa conclusão. Vale dizer: é no momento em que se evidencia documentalmente que o militar realizou com êxito o curso alegado que nasce o direito respectivo. Ou seja, tem aplicação, no presente caso, do velho brocardo jurídico: “alegar sem nada provar é o mesmo que nada alegar”. Se fosse possível considerar que o direito à majoração do adicional de habilitação pudesse retroagir à data de efetiva conclusão do curso, ao invés da comprovação documental do mesmo, estar-se-ia tornando inócua a necessidade dessa comprovação.

d. No caso em apreço, observa-se que o curso freqüentado pelo militar teve seu fim em 26 abr 07. O oficial apresentou a declaração de conclusão tão somente em 25 out 07, por intermédio de Parte própria, endereçada à seção de pessoal de sua OM. Essa declaração foi publicada em BI em 14 dez 07, conforme visto acima.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	<i>Pág 5</i>	
----------	--	--------------	--

(Continuação do Parecer 075/AJ/SEF, de 04 de novembro de 2008 – página 3)

e. Não obstante, o Certificado de Conclusão, expedido em 21 maio 08, veio a ser publicado em BI em 01 jul 08, sendo, nessa oportunidade, determinada a averiguação de validade e de veracidade das informações. A confirmação veio a ser publicada em BI na data de 22 ago 08.

f. É preciso compreender que, ao apresentar à Seção de Pessoal competente um documento oriundo de um estabelecimento de ensino, em que se denote a *conclusão* de um determinado curso, nasce para o militar uma *expectativa de direito* à percepção de um índice de adicional de habilitação mais elevado. Essa expectativa, de todo modo, continuará a existir mesmo quando o interessado entregue o Certificado de Conclusão ou ainda o Diploma do curso, e só será *confirmada* quando a sindicância ou procedimento próprio atestarem a validade e a veracidade das informações.

g. Uma vez confirmada a validade e a veracidade, o direito restará reconhecido, fazendo jus o militar aos valores pertinentes a contar da data em que deu notícia à Administração a respeito da conclusão do curso. Não se pode, em verdade, penalizar o militar pela demora da Administração em publicar seus requerimentos ou em proceder às investigações necessárias; não se pode, tampouco, prejudicá-lo por conta dos atrasos dos estabelecimentos de ensino em expedir a documentação definitiva.

h. Diante desse contexto, considerando-se o real lapso temporal exigido pela Universidade Federal Fluminense para efetivar a emissão do definitivo Certificado de conclusão de curso (em 21 maio 08, embora o curso tenha, efetivamente, encerrado em 26 abr 07), é de se entender que a Declaração inicialmente apresentada serve para a comprovação da conclusão, com êxito, do curso de especialização.

i. Dessa maneira, coerente com as informações apresentadas, tem-se, como momento do fato gerador do direito, o dia 25 de outubro de 2007, data em que o 1º Ten PAULINO protocolou a sua Parte S/N, da mesma data (25 out 07), na SG1/D Aud.

j. Ademais, de se observar que o militar em questão concluiu o curso, com aproveitamento, no âmbito de **convênio entre o citado estabelecimento de ensino e o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)**, podendo-se inferir, seguramente, que se tratou de um curso concebido para atender interesses da Força. Nesse diapasão, verifica-se, ainda, que o *Curso de Especialização em Criptografia e Segurança em Redes* possui código respectivo e, dada a área de formação do militar (QCO da área de informática), será utilizado no âmbito de suas atribuições.

6. CONCLUSÃO -

Isso posto, é de se afirmar que

a. O *Curso de Especialização em Criptografia e Segurança em Redes* realizado pelo 1º Ten QCO MARCELO DE FARIA PAULINO, da D Aud, preenche todos os requisitos que ensejam o pagamento do adicional de habilitação em 16% incidentes sobre seu soldo (conclusão exitosa, cadastro e utilização no âmbito de suas atribuições), equivalente, pois à *especialização*.

b. O momento em que o militar deu *notícia* à Administração de que concluiu determinado curso (que, em princípio ensejaria o pagamento do adicional de habilitação em um nível maior do que vinha percebendo até então), por intermédio da apresentação de um documento oriundo do estabelecimento de ensino, criou para o mesmo uma *expectativa de direito*. Esta seria ou não confirmada por meio dos procedimentos destinados a aferir a validade e a veracidade das informações. Por ter sido confirmada, o direito deverá ser-lhe pago a contar da data daquela *notícia*.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	<i>Pág 6</i>	
----------	--	--------------	--

(Continuação do Parecer 075/AJ/SEF, de 04 de novembro de 2008 – página 4)

c. Portanto, faz jus o oficial em tela à percepção do adicional de habilitação a contar da data de protocolização da Parte S/Nº à SG1/D Aud: 25 de outubro de 2007.

É o Parecer. S.M.J.

GUSTAVO CASTRO ARAUJO – 1º Ten QCO - Direito
Adjunto da Assessoria Jurídica/SEF

De Acordo:

OCTAVIO AUGUSTO GUEDES DE FREITAS COSTA - Cel
Rsp p/ Chefe da Assessoria Jurídica /SEF

7. DECISÃO –

a. Concordo com o presente Parecer.

b. A Assessoria Jurídica da SEF efetue o encaminhamento ao Sr Chefe do Gabinete da SEF para as providências decorrentes.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 7	
----------	---	-------	--

ANEXO “B”

APLICABILIDADE DE SÚMULAS DO “TCU”

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

Brasília, 14 de outubro de 2008.

**Of nº 307 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)
“CIRCULAR”**

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: aplicabilidade de súmulas do TCU

Anexos: - Of nº 418-S/1, de 21 ago 08, da 9ª ICFEx
- Of nº 236-Asse Jur-08 (A1/SEF), de 05 set 08, da SEF, e seus apensos;
- Of nº 7058/CH, de 22 set 08, do Gab Cmt Ex

1. Versa o presente expediente sobre aplicabilidade de súmulas do Tribunal de Contas da União.

2. Diante dos desdobramentos que recaem sobre o tema em análise, é fundamental, para entendê-lo, realizar uma breve recapitulação de seus fatos, de acordo com os documentos trazidos a lume:

a. Em 21 ago 08, por intermédio do documento citado no anexo, a 9ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (9ª ICFEx) dirigiu consulta a esta Secretaria sobre a competência para aplicação da Súmula nº 249, do Tribunal de Contas da União (TCU). De modo mais específico, apontou aquela Setorial divergência entre o posicionamento adotado por esta Secretaria¹, no sentido de ser permitida a aplicação daquele entendimento, e o manifestado pela Diretoria de Auditoria (D Aud), afirmando que a aplicação da mesma seria prerrogativa exclusiva dos Ministros do Plenário da aludida Corte de Contas².

b. Paralelamente, veio a exame expediente oriundo da Diretoria de Auditoria³ que ratificava o entendimento anteriormente defendido e, além, explicava que o mesmo teria sido manifestado pelo representante do TCU no 11º Simpósio de Cíveis, Inativos e Pensionistas, promovido pela Diretoria de Cíveis, Inativos e Pensionistas (DCIP). De acordo com as razões expostas, súmulas seriam *"interpretações de casos reiteradamente apreciados por aquela Corte (TCU), não devendo ser aplicadas de forma genérica, sob pena de reversão do ônus às autoridades administrativas"*.

c. Dessa maneira, a questão foi submetida à apreciação da Assessoria Jurídica deste Órgão de Direção Setorial (ODS), visando à pacificação dos entendimentos sobre a matéria. Como resultado, foi elaborado o Parecer nº 061/AJ/SEF, de 05 set 08 que, ao final, concluiu o seguinte:

¹ Conforme Of nº 064-Asse Jur-08 (A1/SEF), de 28 mar 08, encaminhado ao Sr Vice-Chefe do DGP.

² Conforme Of nº 1291-SAPes/D Aud-CIRCULAR, de 10 Out 07, encaminhado ao Sr Diretor de Cíveis, Inativos e Pensionistas.

³ Conforme Of nº 09-Asse Jur/D Aud, de 21 ago 08, encaminhado ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 8	
----------	---	-------	--

(Continuação do Ofício 307 -Asse Jur-08 (A/1-SEF), de 14 de outubro de 2008 – página 2)

"a. Não se pode falar em exclusividade quanto à aplicação das súmulas do TCU pelos Ministros do Plenário daquela Corte de Contas, da maneira como defende a D Aud, dada a natureza jurídica de fonte do direito que recai sobre toda e qualquer jurisprudência.

b. Em vista da fundamentação acima, tem-se como perfeitamente admissível a aplicação da Súmula nº 249, do TCU, pela Administração, desde que a questão posta a exame guarde identidade fática com o modelo descrito no aludido verbete.

c. É lícito, portanto, que a autoridade administrativa utilize, entre outras fontes do direito, também os entendimentos jurisprudenciais emanados das diversas Cortes de nosso país, de modo a fundamentar suas decisões."

d. O aludido Parecer foi ratificado pela Secretaria de Economia e Finanças que, não obstante, em vista da relevância do assunto, cuja repercussão toca os interesses de toda esta Força Armada, preferiu submeter as considerações expendidas à apreciação da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando do Exército (CJACEX). Dessa maneira, foi enviado ao Gab Cmt Ex o Of nº 236-Asse Jur-08 (A1/SEF), de 05 set 08, instando aquele alto órgão a se manifestar sobre a questão, de molde a ratificar ou a retificar o entendimento constante do aludido Parecer.

e. Em resposta, a CJACEX asseverou que, de acordo com a *cópia da página 10, Seção 1, de 19 set 08, que publicou a Súmula nº 34, de 16 set 08, do Advogado-Geral da União, de caráter obrigatório, não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.*

f. Dessa maneira, tem-se como pacífico que, à luz do que já dispunha a Súmula nº 249, do TCU, a Súmula editada pela AGU deixa evidente que as quantias recebidas indevidamente, desde que não comprovada a má fé, não são passíveis de restituição. A aplicação desse entendimento é obrigatória e atinge a todos os órgãos da Administração Federal, inclusive o Exército. Lícito é, portanto, fundamentar decisões administrativas à luz de entendimento sumulado, mormente no que tange à repetição de valores recebidos de forma indevida.

3. Em decorrência do acima exposto, na hipótese de *irregularidades administrativas*, aí incluídos os *danos ao erário*, apurados conforme a Portaria nº 008-SEF, de 23 dez 03, há que se observar o seguinte procedimento:

a. Quando da solução da sindicância ou do processo administrativo que se seguir a um Inquérito Policial Militar (IPM), o Ordenador de Despesas terá competência para aplicar a aludida súmula da AGU, se for o caso, concluindo pela necessidade ou não de devolução de quantias indevidamente recebidas, dependendo da existência ou não de boa-fé.

b. Em qualquer caso, os autos do procedimento (sindicância, processo administrativo ou IPM), juntamente com a solução respectiva, deverão ser remetidos à Setorial Contábil de vinculação, a quem caberá elaborar a *ficha simplificada de análise*, a qual deverá ser enviada à Diretoria de Auditoria (D Aud).

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	<i>Pág 9</i>	
----------	--	--------------	--

(Continuação do Ofício 307 -Asse Jur-08 (A/1-SEF), de 14 de outubro de 2008 – página 3)

4. Isso posto, remeto o presente expediente a essa Setorial, para conhecimento e adoção de providências julgadas cabíveis, visando à orientação das unidades gestoras que lhe são subordinadas. Para tanto, solicito-vos que proceda à publicação do inteiro teor do presente documento no Boletim Informativo do mês de **novembro** do corrente ano.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças
OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
DIRETORIA DE AUDITORIA
DIRETORIA GENERAL SERZEDELLO CORRÊA

Brasília, 21 de agosto de 2008.

Of nº 09 – Asse Jur/D Aud

Do: Diretor de Auditoria

Ao: Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: Reposição ao Erário Federal

Ref: Ofício nº 296-DCIP.50, de 30 de julho de 2008, do Vice-Chefe do Departamento Geral do Pessoal

1. Versa o presente expediente sobre a reposição ao Erário Federal.

2. Sobre o assunto, aplicabilidade da Súmula nº 249 do Tribunal de Contas da União (TCU), que trata da dispensa da restituição ao Erário quando comprovado o erro administrativo e a boa-fé do administrador, esta Diretoria informa a essa Secretaria que o entendimento apresentado pelo representante do TCU durante o 11º Simpósio de Cíveis, Inativos e Pensionistas, promovido pela Diretoria de Cíveis, Inativos e Pensionistas (DCIP), é que as Súmulas são interpretações de casos reiteradamente apreciados por aquela Corte, não devendo ser aplicadas de forma genérica, sob pena de reversão do ônus às autoridades administrativas, ou seja, não podem ser entendidas como base legal.

3. Ademais, à exceção das Súmulas Vinculadas exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, não se pode olvidar que a Jurisprudência dos Tribunais, inclusas as Súmulas, são meras orientações à Administração Pública; portanto, não podem ser vistas como fundamentos à decisão administrativa.

Gen Bda JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

PARECER Nº 061/AJ/SEF

Brasília, 05 de setembro de 2008.

1. EMENTA – fundamentação legal; súmula; fonte; direito; aplicabilidade; menção; exclusividade; Tribunal de Contas da União.

2. OBJETO – verificar a possibilidade de a Administração Militar aplicar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, de molde a fundamentar decisões exaradas.

3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- a. Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.
- b. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil (LICC).
- c. Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.
- d. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 – Regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- e. Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.

4. RELATÓRIO

- a. Trata-se de assunto oriundo da 9ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (9ª ICFEx) e da Diretoria de Auditoria (D Aud).
- b. Com efeito, questiona aquela Setorial Contábil sobre a competência para aplicação da Súmula nº 249, do Tribunal de Contas da União (TCU), que trata da dispensa de reposição ao erário de quantias indevidamente recebidas de boa-fé. De modo mais específico, aponta a Inspeção divergência entre o posicionamento adotado por esta Secretaria¹, no sentido de ser permitida a aplicação daquele entendimento, e o manifestado pela D Aud, afirmando que a aplicação da mesma seria prerrogativa exclusiva dos Ministros do Plenário da aludida Corte de Contas².
- c. Paralelamente, veio a lume expediente oriundo da Diretoria de Auditoria³ que ratificava o entendimento acima e, além, explicava que o mesmo teria sido manifestado pelo representante do TCU no 11º Simpósio de Cíveis, Inativos e Pensionistas, promovido pela Diretoria de Cíveis, Inativos e Pensionistas (DCIP). De acordo com as razões expostas, "*súmulas são interpretações de casos reiteradamente apreciados por aquela Corte (TCU), não devendo ser aplicadas de forma genérica, sob pena de reversão do ônus às autoridades administrativas*".
- d. Dessa maneira, a questão foi submetida à apreciação desta Assessoria Jurídica, visando à pacificação dos entendimentos sobre a matéria.

¹ Conforme Of nº 064-Asse Jur-08 (A1/SEF), de 28 mar 08, encaminhado ao Sr Vice-Chefe do DGP.

² Conforme Of nº 1291-SAPes/D Aud-CIRCULAR, de 10 Out 07, encaminhado ao Sr Diretor de Cíveis, Inativos e Pensionistas.

³ Conforme Of nº 09-Asse Jur/D Aud, de 21 ago 08, encaminhado ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 11	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 2)

5. APRECIÇÃO

1) É preciso iniciar abordando as razões expedidas pela Diretoria de Auditoria acerca do tema em debate. Por sua importância, pede-se vênica para transcrever trechos do Of nº 1291-SAPes/D Aud – CIRCULAR, de 10 out 07 (destacamos):

"2. Fruto da Reunião Anual de Trabalho das Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército, realizada na última semana do mês anterior, quando surgiram dúvidas sobre o posicionamento desta Unidade de Controle Interno sobre o assunto mencionado em complemento aos documentos da referência, ratifico a V Exa que **a aplicação da súmula em questão (249) é exclusiva do TCU.**

3. Cabe aqui recordar, com a finalidade de nortear o conceito de súmula, que se trata de entendimentos firmados pelos tribunais que, depois de repetidas decisões em um mesmo sentido, sobre determinado tema específico de sua competência, resolvem por editar uma ementa (resumo) que revela a orientação jurisprudencial do tribunal para casos entendidos como análogos), de forma a demonstrar qual a diretriz da corte sobre o assunto, servindo apenas de referencial não-obrigatório a toda área específica, em decisão final, **cabendo sua aplicação exclusiva aos Ministros do Plenário daquela Egrégia Corte de Contas.**"

2) Com o devido respeito ao exarado pelo Órgão de Controle Interno, há que se divergir das conclusões apresentadas. Ainda que se concorde plenamente com a definição de *súmula*, do modo como consta no expediente da D Aud, não se pode aceitar que a aplicação desse *entendimento reiterado* seja prerrogativa *exclusiva do TCU* ou dos *Ministros do Plenário daquela Egrégia Corte de Contas*.

3) Com efeito, é importante trazer à baila, de início, noções sobre *fontes do direito*, eis que fundamentais para compreender o alcance das súmulas e jurisprudência enquanto pilares sobre os quais podem se assentar as decisões administrativas. Nesse sentido, LUIZ FERNANDO COELHO, citado por MARIA HELENA DINIZ⁴, ensina: "*por fontes do direito entende-se o conjunto dos fatores que influem sobre a formulação da norma que serve de fundamento à decisão do juiz, com o acréscimo de que essa influência pode variar desde aquelas fontes que fornecem ao juiz uma norma já elaborada e que ele simplesmente tem que aceitar até aquelas fontes que só lhe oferecem idéias e inspiração, das quais ele formulará a norma que necessita*".

4) Nesse sentido, complementa a citada doutrinadora que as fontes podem ser *materiais* ou *formais*. As primeiras apontam a origem do Direito, configurando sua gênese, aludindo, por exemplo, a fatores éticos, sociológicos, históricos e políticos que o produzem e condicionam o desenvolvimento. Já as fontes *formais* são aquelas que modelam o Direito, dando-lhe forma, demonstrando quais os meios empregados pelo jurista para conhecê-lo, indicando, ainda, os documentos que revelam as normas vigentes, possibilitando a aplicação aos casos concretos e apresentando-se, portanto, como fonte de cognição.

5) Para a ilustre professora, na realidade, as *fontes formais* podem ser divididas em *estatais* e *não-estatais*. As estatais subdividem-se em legislativas (leis, decretos, regulamentos etc.), jurisprudenciais (sentenças, precedentes judiciais, súmulas, etc) e convencionais (tratados e convenções internacionais). As *não estatais*, por sua vez, abrangem o direito consuetudinário (costume jurídico), o direito científico e a doutrina.

⁴ In Curso de Direito Civil Brasileiro, 1º vol. 16ª ed. Saraiva, São Paulo, 2000, p.19-22

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 12	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 3)

6) Dúvidas, portanto, não existem de que a *jurisprudência*, em sua acepção ampla, é *fonte do direito* e, portanto, pode servir de *manancial* para que dela se sacie o intérprete, em face da orientação que faz brotar.

7) Seguindo essa linha de raciocínio, é válido transcrever uma vez mais a doutrina da mencionada autora, especificamente sobre essa modalidade de *fonte*: "*o termo jurisprudência está sendo empregado como o conjunto de decisões uniformes dos tribunais. É, como prefere Miguel Reale (Lições Preliminares de Direito, p. 167 e 175), a forma de revelação do Direito que se processa através do exercício da jurisdição, em virtude de uma sucessão harmônica de decisões dos tribunais*".

8) No mesmo diapasão, HUMBERTO TEODORO JUNIOR⁵, ao tratar do assunto, discorre: "*as fontes do Direito Processual Civil são as mesmas do direito em geral, isto é, a lei e os costumes, como fontes imediatas, e a doutrina e a jurisprudência, como fontes mediatas*." Em face da relevância do tema, cumpre-nos transcrever a lição do aludido mestre, nos termos a seguir (destaque inexistente no original):

"Em razão do caráter público do direito processual é a lei, sem dúvida, sua principal fonte. Não obstante, não são raros os problemas que surgem no curso dos processos que não encontram solução direta na lei, mas que o juiz tem de resolver. Daí o recurso obrigatório aos costumes judiciais, à doutrina e jurisprudência como remédios adequados à superação de tais impasses. Mesmo diante de textos legais expressos, não é pequena a contribuição da jurisprudência para fixação dos conceitos básicos do direito processual.

"A incoerência do legislador, a obscuridade dos textos normativos, a imprecisão terminológica, como falhas naturais de toda criação humana, são freqüentemente superadas pelo trabalho criativo e aperfeiçoador da doutrina e da jurisprudência. E o que é mais importante, é o trabalho de ir promovendo a criação de novas concepções que inspiram remodelação das normas jurídicas expressas, a par de consolidar os costumes judiciais que são, na prática, produto da jurisprudência assentada."

9) Como não poderia ser diferente, importa-nos, de maneira especial, a lição do eminente Prof. HELY LOPES MEIRELLES⁶, no que tange às *fontes do direito administrativo* (destacamos):

"O Direito Administrativo abebera-se, para sua formação, em quatro fontes principais, a saber: a lei, a doutrina, a jurisprudência e os costumes". (...)

*A jurisprudência, traduzindo a **reiteração dos julgamentos num mesmo sentido**, influencia poderosamente a construção do Direito, e especialmente a do Direito Administrativo, que se ressent de sistematização doutrinária e de codificação legal. A jurisprudência tem um caráter mais prático, mais objetivo que a doutrina e a lei, mas nem por isso se aparta de princípios teóricos que, por sua persistência nos julgados, acabam por penetrar e integrar a própria Ciência Jurídica.*

⁵ In Curso de Direito Processual Civil, 1º vol. 34ª ed. Forense, Rio de Janeiro, 2000, p. 17

⁶ In Direito Administrativo Brasileiro, 29ª ed. Malheiros, São Paulo, 2004, p. 46

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 13	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 4)

Outra característica da jurisprudência é o seu nacionalismo. Enquanto a doutrina tende a universalizar-se, a jurisprudência tende a nacionalizar-se, pela contínua adaptação da lei e dos princípios teóricos ao caso concreto.”

10) O célebre doutrinador CARLOS MAXIMILIANO, em sua obra *referencial* sobre interpretação, a conhecida "Hermenêutica e Aplicação do Direito"⁷, joga luzes ainda mais nítidas sobre a questão das jurisprudências como *fontes* do direito (grifamos):

“Chama-se jurisprudência, em geral, ao conjunto das soluções dadas pelos tribunais às questões de Direito; relativamente a um caso particular, denomina-se jurisprudência a decisão constante e uniforme dos tribunais sobre determinado ponto do Direito.

(...)

Perante a própria corrente histórico-evolutiva, em maioria absoluta no campo da Hermenêutica, aparece a jurisprudência como elemento de formação e aperfeiçoamento do Direito.

*Preenche as lacunas, com o auxílio da analogia e dos princípios gerais. É um verdadeiro suplemento da legislação, enquanto serve para integrar nos limites estabelecidos; **instrumento importantíssimo e autorizado de Hermenêutica**, traduz o modo de entender e aplicar os texto em determinada época e lugar; constitui assim uma espécie de uso legislativo, base de Direito Consuetudinário, portanto.*

(...)

Ensinara Dumoulin: leges in scholis deglutuntur, in palatiis digeruntur – 'as leis são deglutidas nas escolas e digeridas nos pretórios.

A jurisprudência é a fonte mais geral e extensa de exegese, indica soluções adequadas às necessidades sociais, evita que uma questão doutrinária fique eternamente aberta e dê margem a novas demandas: portanto, diminui os litígios, reduz ao mínimo os inconvenientes da incerteza do Direito, porque de antemão faz saber qual será o resultado das controvérsias."

11) Em face do posicionamento adotado de forma *unânime* pela doutrina, não há, pois, como negar o caráter de *fonte do direito* às jurisprudências, aí incluídos os entendimentos sumulados pelos tribunais pátrios. A própria Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), cuida de especificar, em seu art. 4º, que *quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.*

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 14	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 5)

12) Significa dizer que é lícito, sim, ao intérprete utilizar-se de preceitos *costumeiros*, inclusive aquelas decisões que reiteradamente (ou *costumeiramente*, se preferir, em que pese a redundância) vêm sendo proferidas pelos tribunais, a fim de emitir seu julgamento. Dessa forma, enquanto *fonte*, as jurisprudências evidentemente podem ser utilizadas como fundamento legal para a decisão da autoridade.

13) Naturalmente, há que se considerar que a jurisprudência reflete a *orientação* dos tribunais e não possui, à exceção das chamadas *vinculantes*, força obrigatória. Mas isso não retira delas o caráter de reflexo do hodierno pensamento vigente nos tribunais. Trata-se, é verdade, de entendimento que *pode* ser alterado, mas que, ainda assim, funciona como vetor interpretativo, eis que delas haure-se o intérprete no trato de assuntos postos a exame.

14) Imaginar que apenas as *súmulas de efeito vinculante* poderiam ser utilizadas como *fonte* seria engessar o Direito. Na realidade, se o hermeneuta fosse condenado a fundamentar suas decisões tão-somente nos entendimentos jurisprudenciais que têm força compulsória em todas as instâncias, o resultado seria a *asfixia* da inteligência jurídica. Não por outro motivo, é possível observar que *todos* os tribunais, em todas as instâncias, baseiam suas decisões, na grande maioria das vezes, em jurisprudências que *não têm* efeito vinculativo, dentre as quais se cita como notório exemplo, a Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal, que trata do poder de autotutela da Administração.

15) Tem-se, portanto, como viável, lícita e perfeitamente cabível, a utilização de jurisprudência como *fonte do direito* – ou como fundamentação –, como alicerce sobre o qual a decisão da autoridade pode se apoiar. Com o devido respeito, aceitar que somente o tribunal que proferiu *reiteradas decisões num mesmo sentido* é que seria competente para aplicar tais decisões, estaríamos negando a essas decisões o caráter de *fonte*, uma vez que outros tribunais ou administradores não poderiam delas se valer. Ou seja, o entendimento jurisprudencial – e com maior razão ainda, o entendimento jurisprudencial sumulado, eis que ainda mais estável – pode ser utilizado como fonte jurídica por diferentes tribunais e órgãos que não aquele responsável por sua edição. Nesse diapasão, mesmo a jurisprudência que não possui efeito vinculante pode ser citada como *pedra angular*, servindo, assim, como fundamento para que a autoridade judicial ou administrativa emita seu juízo de valor.

16) Paralelamente, não se pode perder de vista que *todas* as jurisprudências são públicas. Os tribunais as organizam em forma de *repositórios oficiais em revistas eletrônicas* que, no mais, servem de subsídios para que se apontem dissensos entre diferentes cortes, visando à pacificação de temas polêmicos. Esse raciocínio vale, inclusive, para o TCU: discordâncias entre as diferentes câmaras daquela egrégia Corte sobre temas correlatos podem ser submetidas à análise pelo Plenário da Casa por meio da suscitação de divergência jurisprudenciais.

17) Aliás, é interessante observar que nem no Regimento Interno do TCU, nem na própria Lei Orgânica do Tribunal existe qualquer menção quanto a uma suposta *vedação* acerca da utilização da jurisprudência daquela Corte. Ao contrário, o Controle Externo parece incentivar o conhecimento, a pesquisa e a divulgação de seus julgados, eis que franqueia a todos, indistintamente, o acesso a um endereço eletrônico⁹ que dispõe incontáveis *acórdãos*, *decisões*, *súmulas*, *atas*, etc, revelando notável preocupação com aspectos ligados à transparência, à ética e à moralidade.

18) Dessa maneira, asseverar que a utilização de súmulas do TCU é prerrogativa *exclusiva* dos membros daquele Tribunal é denegar, em última instância, que esses entendimentos reiterados revestem-se da natureza jurídica de *jurisprudência*. Em outro dizer: uma vez que as súmulas refletem julgamentos repetidos sobre a mesma tese, não se pode negar ao intérprete que tome sua decisão com base precisamente nessa orientação. A agir assim estar-se-á privilegiando a *eficiência* enquanto Princípio Constitucional a que se encontra inarredavelmente adstrita a Administração Pública.

⁸ Vide art. 91 do Regimento Interno do TCU

⁹ Vide <http://contas.tcu.gov.br/portaltextual/PesquisaFormulario?cmbTipoPesquisa=ACOR>

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 15	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 6)

19) Se fosse realmente defesa aos demais tribunais a utilização de jurisprudência emanada de um deles estar-se-ia negando o alcance incomensurável que essa modalidade de fonte do direito possui. É de se imaginar o caos e o abarrotamento insuportável do Judiciário se somente o Supremo Tribunal Federal pudesse utilizar e aplicar suas próprias decisões e súmulas. O mesmo raciocínio vale para os Tribunais Superiores, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça nos Estados e, obviamente, para o Tribunal de Contas da União.

20) A jurisprudência é, por isso tudo, mais do que *fonte* do direito. Trata-se de verdadeiro baluarte da eficiência do Judiciário e da Administração, eis que os orienta sem imobilizá-los. É possível, pois, que tribunais e órgãos administrativos baseiem e fundamente suas decisões em julgados reiterados dos diversos tribunais do país, citando súmulas, acórdãos e julgamentos, ainda que não possuam força vinculante, e até mesmo em posições doutrinárias e princípios gerais.

21) Em outro giro verbal, se fosse obrigado o intérprete a fundamentar suas decisões unicamente em textos de lei, a ciência jurídica jamais evoluiria. É válido recordar que os dispositivos contidos em normas legais não são casuísticos, mas genéricos, exigindo hermenêutica adequada, a qual pode – e deve – ser buscada em outras fontes, como doutrina, costumes, princípios gerais de direito e, naturalmente, na jurisprudência, eis que estas guardam especial proximidade com o entendimento vigente.

22) Nesse cenário, há que se sopesar as razões apresentadas pela Diretoria de Auditoria quando conclui que a aplicação de súmulas é prerrogativa *exclusiva dos membros do Plenário do TCU*. Na realidade, não se conhece o contexto em que tal orientação foi passada pelo *representante* daquele Tribunal, nem mesmo quem seria tal pessoa ou com que base tal assertiva teria sido proferida, dada a falta de documentação escrita que pudesse esclarecer esse fato.

23) De qualquer sorte, há que se divergir, *data maxima venia*, da assertiva contida no Of nº 09-Asse jur/D Aud, de 21 ago 08, de que as súmulas "*não devem ser aplicadas de forma genérica, sob pena de reversão do ônus às autoridades administrativas*". Na realidade, a menção ou a aplicação de jurisprudência ou de entendimento sumulado, seja proveniente do TCU, seja proveniente de qualquer Corte Judicial, destina-se a subsidiar e a fundamentar, sempre, um caso específico que, no mais das vezes, guarda identidade com a situação fática descrita na decisão/jurisprudência/súmula citada. Vale dizer: a jurisprudência *não é* aplicada de forma genérica, mas sim utilizada para fundamentar um caso *específico*. Não há, portanto, o que se falar em *reversão de ônus*.

24) Por fim, há que se observar que os próprios tribunais do nosso país freqüentemente expedem decisões com fundamento em súmulas do TCU. Se fosse verdade que "*a aplicação das súmulas é exclusividade dos Ministros do Plenário daquela Corte de Contas*", todos os julgados emitidos com tal fulcro seriam incorretos, ilegais ou *desertos*. De verificar-se, pois, alguns exemplos de julgamentos exarados por diversas instâncias com fundamentação na jurisprudência do TCU, inclusive suas súmulas, alguns, aliás, com fundamentação *unicamente* nestas (destaques inexistentes nos originais):

PREVIDENCIÁRIO. ALUNO-APRENDIZ. ESCOLA TÉCNICA FEDERAL. CONTAGEM. TEMPO DE SERVIÇO. POSSIBILIDADE. REMUNERAÇÃO. EXISTÊNCIA. **SÚMULA N.º 96 DO TCU**. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

(...)

3. **Restou comprovado o atendimento da Súmula 96/TCU**, que determina que nas instituições públicas de ensino, necessário se faz a comprovação da retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 16	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 7)

(...)

(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL – 494141 Processo: 200201700250 UF: RN Órgão Julgador: SEXTA TURMA Data da decisão: 20/09/2007)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE. INOCORRÊNCIA. VENDA DE LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO ESTADUAL - LFTE'S. NÃO APLICAÇÃO. **SÚMULA N.º 207, DO TCU.** DESCARACTERIZAÇÃO DA ILEGALIDADE. ATIPICIDADE DA CONDUTA.) INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REJEIÇÃO.

(...)

2. Assentando o aresto embargado que: "(...) 3. Não obstante, independente da averiguação do elemento subjetivo da conduta do agente público, verifica-se que, de acordo com a Súmula n.º 207, do TCU, aplicável, por analogia, ao Estado, o Secretário de Fazenda, sequer poderia efetuar aplicações financeiras com o dinheiro advindo da venda das LTFEs, consoante se colhe de seu teor: (...).

(...)

(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: EDRESP - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL – 623550 Processo: 200400074793 UF: MT Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 05/12/2006)

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ALUNO APRENDIZ APOSENTADORIA. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO. POSSIBILIDADE. **SÚMULA 96 do TCU.** RECORRENTE: OBREIROS.

“Conta-se para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros.” – **Súmula 96 do TCU.** (Precedente).

Recurso conhecido e provido.

(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL – 627051 Processo: 200400163911 UF: RS Órgão Julgador: QUINTA TURMA Data da decisão: 25/05/2004)

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 17	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 8)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. PENSÃO TEMPORÁRIA. LEI Nº 3.373/58. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA ESTATUTÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA. DIREITO DE OPTAR PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO. DECADÊNCIA. INEXISTÊNCIA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. OBSERVÂNCIA. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO INCABÍVEL ATÉ CIÊNCIA PELA ADMINISTRAÇÃO. AÇÃO E RECONVENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

(...)

8. Restando caracterizada a boa-fé da autora/ reconvinda na percepção dos valores de caráter alimentar a título de pensão temporária da Lei nº 3.373/58 que foram pagos espontaneamente pela Administração em razão de equívoco ou divergência de interpretação, aquela não está obrigada a efetuar a reposição ao erário dos referidos valores recebidos de forma irregular até a data do conhecimento da irregularidade pelo beneficiário, por aplicação analógica da Súmula n. 106 do TCU e nos termos dos precedentes desta Corte.

(...)

(TRF - PRIMEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL – 200038000018048 Processo: 200038000018048 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 21/5/2008)

PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. PENSÃO TEMPORÁRIA. LEI Nº 3.373/58. CANCELAMENTO. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. PRAZO QUINQUENAL CONTADO DA EDIÇÃO DA LEI 9.784/99. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DESNECESSIDADE. INEXISTÊNCIA DE MATÉRIA FÁTICA A COMPROVAR. ENTENDIMENTO DO STF. DIREITO DE OPÇÃO PELA SITUAÇÃO MAIS VANTAJOSA. SÚMULA 168 DO TCU. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO. GARANTIA DE OPÇÃO DESDE O CANCELAMENTO DA PENSÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

(...)

5. Nos termos do **enunciado da Súmula nº 168 do TCU**, é assegurado, a qualquer tempo, o direito de opção pela situação mais vantajosa, ou seja, entre os vencimentos do cargo público e a pensão temporária recebida.

(TRF - PRIMEIRA REGIÃO Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL – 200134000217778 Processo: 200134000217778 UF: DF Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 25/2/2008) ADMINISTRATIVO – PENSÃO ESPECIAL DE EXCOMBATENTE – VIÚVA E FILHA MAIOR – ÓBITO EM 1993 - VALORES RECEBIDOS PELA SEGUNDA MEDIANTE DESCONTO NOS PROVENTOS DA PRIMEIRA – EQUÍVOCO DA ADMINISTRAÇÃO - RESTITUIÇÃO – POSSIBILIDADE - SÚMULA 340/STJ E 106/TCU.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	Pág 18	
----------	--	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 9)

Em ocorrendo o óbito do ex-combatente em 1993, quando vigente a Lei 8059/90, e, efetuado o pagamento da pensão especial, a filha maior, com desconto nos proventos da viúva, patente o equívoco da Administração, pelo que, de rigor a restituição de indicados valores. - **Incidência do verbete nº 340**, da Súmula do STJ, e **106, da Súmula do TCU**. -Recurso e remessa necessária conhecidos e desprovidos.

(TRIBUNAL - SEGUNDA REGIAO Classe: AC – APELAÇÃO CIVEL – 407672 Processo: 200751010005837 UF: RJ Órgão Julgador: OITAVA TURMA ESPECIALIZADA Data da decisão: 25/06/2008)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. SENTENÇA ULTRA PETITA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. ALUNO-APRENDIZ. VÍNCULO EMPREGATÍCIO NÃO CARACTERIZADO POR RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA INDIRETA. **SÚMULA 96 DO TCU**. RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SÚMULA 149 DO E. STJ. SÚMULA 27 DO E. TRF DA 1ª REGIÃO.

(...)

II - A jurisprudência firmou entendimento no sentido de que deve ser contado como tempo de serviço o período desenvolvido, na qualidade de aluno-aprendiz, em escola pública profissional mantida à conta do orçamento do Poder Público. **Inteligência da Súmula 96 do TCU**. Precedentes do E. STJ.

(...)

(TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO Classe: AC – APELAÇÃO CÍVEL – 1227912 Processo: 200061150010127 UF: SP Órgão Julgador: DÉCIMA TURMA Data da decisão: 08/01/2008) ADMINISTRATIVO. PENSÃO MILITAR. REVERSÃO À FILHA DE CRIAÇÃO. EQUIPARAÇÃO À FILHA ADOTIVA. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. DATA DO ÓBITO. LEI Nº 3.765/60.

(...)

2. Aplicam-se ao caso a Súmula 116 do TCU, Lei nº 3.765/60, bem como o art. 227, § 6º da CF/88, para fins de equiparação da filha de criação à filha adotiva. (TRIBUNAL - QUARTA REGIÃO Classe: AC – APELAÇÃO CIVEL Processo: 200104010457300 UF: RS Órgão Julgador: QUARTA TURMA Data da decisão: 05/09/2007)

ADMINISTRATIVO. PAGAMENTOS INDEVIDOS. ESTITUIÇÃO DE VALORES. BOA-FÉ. CARÁTER ALIMENTAR DOS VALORES PERCEBIDOS. **SÚMULA 106 DO TCU**.

1- Verbas de caráter alimentar recebidas de boa-fé não podem ser objeto de repetição. Possibilidade de concessão da tutela antecipada. Agravo retido improvido.

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 19	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 10)

2- A Administração pode rever seus atos praticados sob o manto da ilegalidade.

3- A Jurisprudência deste Eg. Tribunal tem entendimento pacificado no sentido de que, desde que recebidos de boa-fé, os valores pagos indevidamente aos servidores, sobretudo quando de caráter alimentar, não passíveis de restituição.

4- **Inteligência da súmula 106 do TCU.**

5- Apelação e remessa oficial improvidas.

(TRIBUNAL - QUINTA REGIAO Classe: AC - Apelação Cível
– 418473 Processo: 200681000145735 UF: CE Órgão
Julgador: Quarta Turma Data da decisão: 22/04/2008)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA CASSADA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO COMO EMPREGADA EM EMPRESA DO MARIDO. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE DIANTE DO REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. RESTABELECIMENTO MEDIANTE ANALOGIA DA SITUAÇÃO FÁTICA COM **SÚMULA 74 DO TCU.**

(...)

4. A inviabilidade da aposentadoria pela idade avançada da recorrente, autoriza, por observância aos artigos 5º da LICC e 6º da Lei 9.099/95, a adoção, por analogia, dos termos da **Súmula 74 do TCU**. Recurso conhecido e provido em parte.

(JEF Classe: RECURSO CÍVEL Processo: 200435007219401 UF: GO Órgão Julgador: 1ª Turma Recursal – GO Data da decisão: 16/11/2004)

25) Dessa forma, verifica-se que a utilização de súmulas do TCU *não é* exclusividade dos membros do Plenário daquela egrégia Corte de Contas, eis que diversos tribunais espalhados por todo o país fazem uso das mesmas para fundamentar suas decisões. Aliás, é interessante observar que diversos Tribunais já se manifestaram sobre a questão atinente à desnecessidade de devolução de valores recebidos de boa-fé, assunto anteriormente tratado pela Súmula nº 106 do TCU e atualmente disposto na Súmula nº 249 da mencionada Corte de Contas. Confirme-se:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. PROVENTOS. SUPRESSÃO DE VANTAGEM. "OPÇÃO 55% - DAS". ART. 2º DA LEI Nº 8.911/94. DEVIDO PROCESSO LEGAL. OBSERVÂNCIA. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ART. 193 DA LEI Nº 8.112/90. NÃO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RESTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ.

(...)

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 20	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 11)

6. Não estão sujeitas a restituição administrativa, mediante desconto em folha de pagamento, as parcelas remuneratórias percebidas de boa-fé pelo servidor e decorrentes de equivocada interpretação da Administração acerca da norma jurídica **aplicável à sua situação funcional. Súmula nº 106/TCU**. Precedentes da Corte (AMS 2000.01.00.008597-4/DF, Rel. Juiz Federal Klaus Kuschel (conv), Primeira Turma, DJ de 06/02/2006, p.14; AMS 2002.37.00.004886-3/MA, Rel. Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista (conv), Primeira Turma, DJ de 05/12/2005, p.23).

(TRF - PRIMEIRA REGIÃO Classe: AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA – 199832000019707 Processo: 199832000019707 UF: AM Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 7/3/2007)

ADMINISTRATIVO – FILHAS DE MILITAR – MAJORAÇÃO DO VALOR DA PENSÃO – DECISÃO JUDICIAL REFORMADA – NÃO RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE – SÚMULA 106 DO TCU – DIREITO LÍQUIDO E CERTO – CONFIGURADO.

(...)

- Indevido o desconto de parcelas pretéritas, recebidas de boa-fé pela pensionista em virtude de decisão judicial que determinou a divisão da pensão à razão de 50%, à luz da jurisprudência dos tribunais pátrios, incidindo na hipótese o entendimento cristalizado na **Súmula 106, do Tribunal de Contas da União**.

(TRIBUNAL - SEGUNDA REGIAO Classe: AMS – APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA – 69454 Processo: 200651010072615 UF: RJ Órgão Julgador: QUINTA TURMA ESPECIALIZADA Data da decisão: 16/04/2008)

PREVIDENCIARIO. BENEFICIO DE AMPARO SOCIAL. CUMULAÇÃO COM BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. IMPOSSIBILIDADE. REVISÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. SUMULA 473/STF. PAGAMENTOS INDEVIDOS. NÃO RESTITUIÇÃO DE VALORES. BOA-FÉ. SÚMULA 106 DO TCU.

(...)

A jurisprudência deste Eg. Tribunal tem entendimento pacificado no sentido de que, desde que **recebidos de boa-fé, os valores pagos indevidamente à pensionista não são passíveis de restituição**. **Inteligência da Súmula nº 106 do TCU**.

(...)

(TRIBUNAL - QUINTA REGIAO Classe: AC - Apelação Cível – 354243 Processo: 200505990002202 UF: CE Órgão Julgador: Primeira Turma Data da decisão: 31/03/2005)

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 21	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 12)

26) E nem se diga que a utilização das súmulas seria admissível no Judiciário mas não pela Administração. Na realidade, os julgados do TCU destinam-se a orientar e a servir de parâmetro para a Administração e, por isso, com muito mais razão, devem ser utilizados como balizamento para a conduta do administrador. Significa dizer que se tem por válida, sim, a fundamentação de decisões administrativas com base no entendimento sumulado, seja do TCU, seja de qualquer outro tribunal.

27) A propósito, verificam-se, também, numerosos pareceres exarados pela Advocacia- Geral da União (órgão pertencente à Administração e não ao Judiciário), em todos os níveis, com fundamentação na jurisprudência do TCU, conforme se observa nos exemplos abaixo:

PARECER AGU : AC-54 **Advogado-Geral da União:** Alvaro Augusto Ribeiro Costa **Data do Adoto:** 17/10/2006 **Data do Aprovo:** 18/10/2006 Processo 23104.009244/2005-16 Interessado: Glândio Xavier e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG Vedação de percepção simultânea de remuneração pelo exercício de cargo, emprego ou função pública com proventos de aposentadoria. Exceção: cargos acumuláveis na atividade, cargos eletivos e cargos em comissão (CF, art. 37, § 10). Cargos acumuláveis na atividade: exigência de compatibilidade de horários (CF, art. 37, XVI). Servidor aposentado em um dos cargos: não incidência desse requisito específico em relação ao outro cargo. Desnecessidade de opção pela remuneração ou pelos proventos. **Precedentes** do STF e do TCU. Revisão parcial do Parecer nº AGU/GQ 145.

PARECER AGU : GQ-77 **Advogado-Geral da União:** Geraldo Magela da Cruz Quintão **Data do Adoto:** 30/06/1995 **Data do Aprovo:** 05/07/1995 Parecer AGU No. MF-01/95 **Consultor da União:** Mirto Fraga **Data de Emissão:** 26/06/1995 E.M. Interministerial nº 11, de 20/1/92, foi revogada pela E.M./CGR nº 2, de 25/10/92, que propôs medidas de caráter provisório e finalidade restrita. A contratação de serviços particulares de advocacia por órgãos e entidades da Administração – ainda que contem eles com quadro próprio de advogados – não está vedada e **deve observar** os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, as disposições da Lei nº 8.666, de 21/6/93 e **as orientações do T.C.U.** (...)

28) De acordo com o acima exposto, é possível inferir que a jurisprudência pátria caminha no sentido de se ter por inexigível a restituição de valores percebidos de boa-fé quando oriundos de escusável erro de interpretação da Administração. A existência de uma súmula própria para esse assunto – atualmente sob o nº 249 – demonstra que o Controle Externo *tenderá* a julgar dessa forma os casos que se amoldem a essa previsão, favorecendo, assim, a idéia de *eficiência* evitando a repetição de consultas ou a análise de casos dessa natureza.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 22	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 13)

29) A inexistência de dispositivo legal específico nesse sentido, torna lícita ao administrador a utilização do aludido entendimento sumulado como fundamentação adequada para a decisão que proferir, não havendo, com o devido respeito a opiniões em contrário, o que se falar em utilização *exclusiva* dessa jurisprudência por quem quer que seja.

6. CONCLUSÃO -

Isso posto, é de se afirmar que:

a. Não se pode falar em *exclusividade* quanto à aplicação das súmulas do TCU pelos Ministros do Plenário daquela Corte de Contas, da maneira como defende a D Aud, dada a natureza jurídica de *fonte do direito* que recai sobre toda e qualquer jurisprudência.

b. Em vista da fundamentação acima, tem-se como perfeitamente admissível a aplicação da Súmula nº 249, do TCU, pela Administração, desde que a questão posta a exame guarde identidade fática com o modelo descrito no aludido verbete.

c. É lícito, portanto, que a autoridade administrativa utilize, entre outras *fontes do direito*, também os entendimentos jurisprudenciais emanados das diversas Cortes de nosso país, de modo a fundamentar suas decisões.

**É o Parecer.
S.M.J.**

GUSTAVO CASTRO ARAUJO – 1º Ten QCO - Direito
Adjunto da Assessoria Jurídica/SEF

De Acordo:

OCTAVIO AUGUSTO GUEDES DE FREITAS – Cel R/1
Rsp p/ Chefe da Assessoria Jurídica /SEF

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	<i>Pág 23</i>	
----------	--	---------------	--

(Continuação do Parecer 061/AJ/SEF, de 05 de setembro de 2008 – página 14)

7. DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS –

a. Concordo com o presente parecer, ressaltando o consistente trabalho de pesquisa efetuado pela Assessoria jurídica desta Secretaria.

b. Dada a relevância do assunto, submeto o presente Parecer à elevada apreciação do Sr Secretário de Economia e Finanças, propondo a S Exª que, por sua vez, determine sua remessa ao Gabinete do Comandante do Exército, para apreciação pela Consultoria Jurídica-Adjunta do Exército.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

8. DECISÃO –

Concordo com o Parecer apresentado.

Encaminhe-se ao Gabinete do Sr Comandante do Exército, para apreciação.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO
Secretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
GABINETE DO COMANDANTE**

Of nº 7.058/CH

Brasília, 23 de setembro de 2008.

Do Chefe do Gabinete do Comandante do Exército

Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: aplicabilidade de súmulas do TCU

Anexos: - PO nº 812405/08-GCmtEx (Cópia)

Com referência ao contido no ofício nº 236-Asse Jur-08 (A1/SEF), de 05 Set 08, incumbiu-me o Sr Comandante do Exército de encaminhar a essa Secretaria, o que faço por intermédio de V Ex^a, cópia da página 10, Seção 1, de 19 Set 08, que publicou a Súmula nº 34, de 16 Set 08, do Advogado-Geral da União, de caráter obrigatório, de teor:

“Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública”.

Gen Div Joaquim Silva e Luna
Chefe do Gabinete do Comandante do Exército

7ª ICEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 25	
---------	---	--------	--

SÚMULA 34, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inc. XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inc. II, e 43, caput, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1º, inc. II, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º, do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, edita a presente súmula da Advocacia-Geral da União, de caráter obrigatório, a ser publicada no Diário Oficial da União por três dias consecutivos:

"Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública".

Legislação Pertinente: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Precedentes: Superior Tribunal de Justiça: Resp. nº 488.905/RS, REsp. nº 651.081/RJ, Ag nº 1030919/RS, Resp. nº 1011014/CE, AgRg no REsp. nº 675.260/CE".

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

**Of nº 236 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)
“URGENTE”**

Brasília, 05 de setembro de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe do Gabinete do Comandante do Exército

Assunto: aplicabilidade de súmula do TCU

Ref: Of nº 09-Asse Jur/D Aud, de 21 Ago 08

Anexo: - Of nº 418-S/1, de 21 ago 08, da 9ª ICFEx;

- Of nº 09-Asse Jur/D Aud, de 21 Ago 08

- Parecer nº 061-AJ/SEF, de 06 Set 08, da SEF.

1. Versa o presente expediente sobre aplicabilidade de súmulas do Tribunal de Contas da União pela Administração Militar, em especial, daquelas que tratam de reposição ao Erário.

2. Incumbiu-me o Sr Secretário de Economia e Finanças de remeter a documentação anexa ao Sr Comandante do Exército, o que faço por intermédio de Vossa Excelência, visando ao pronunciamento da Consultoria Jurídica-Adjunta desta Força Armada, de molde a ratificar ou a retificar o entendimento constante do Parecer em epígrafe, elaborado por este Órgão de Direção Setorial.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	<i>Pág 27</i>	
----------	--	---------------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

Brasília, 28 de março de 2008.

Of nº 064 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal

Assunto: restituição de valores

Ref: Of nº 286/08-DGP/Asse Jur.2

1. Versa o presente expediente sobre a eventual necessidade de restituição de valores recebidos indevidamente por militar.

2. Diante dos desdobramentos que recaem sobre o tema em análise, é fundamental, para entendê-lo, realizar uma breve recapitulação de seus fatos, de acordo com os documentos trazidos a lume.

a. Por ocasião de Exame de Pagamento realizado no mês de fevereiro, no âmbito desse Departamento-Geral, foi observada irregularidade relativamente ao pagamento realizado em favor de Oficiais Técnicos Temporários que servem nesse Órgão de Direção Setorial (ODS). Com efeito, tais militares estariam percebendo o *adicional de habilitação* equivalente a 12% (doze por cento) – formação – ainda no primeiro ano do respectivo Estágio de Serviço Técnico (EST).

b. Conforme apurado pelo Ordenador de Despesas (OD) do DGP, nenhum dos militares beneficiados teria requerido a implantação do índice apontado como indevido. Apenas um dos militares teria, depois da implantação, pleiteado a concessão de 16% (dezesseis por cento) – especialização, eis que possuidor de curso de pós-graduação, pedido esse que teria sido atendido. Apurou-se, ainda, que a concessão errônea do adicional teria sido realizada em setembro de 2007, por ocasião da promoção de tais militares ao posto de segundo-tenente. Concluiu-se, dessa forma, que a implantação teria derivado de equívoco do responsável pelos lançamentos na Ficha de Alteração de Pagamento (FAP).

c. Em função do posicionamento adotado no âmbito desta Secretaria e diante da legislação aplicável, entendeu aquele OD haveria necessidade de reposição das quantias indevidamente percebidas pelos militares beneficiados. No entanto, um dos OTT teria se mostrado contrário à devolução, tendo em vista a aplicação da Súmula 249 do Tribunal de Contas da União, que poderia isentá-los dessa obrigação.

d. Face ao dissenso apontado, o Chefe do Gabinete do DGP dirigiu expediente à Assessoria Jurídica desse ODS, solicitando a emissão de parecer. Esse Departamento, no entanto, dirigiu expediente a esta Secretaria com o objetivo de obter subsídios para a resposta definitiva.

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 28	
----------	---	--------	--

(Continuação do Ofício 064–Asse Jur–08 (A/1-SEF), de 28 de março de 2008 – página 2)

3. A questão deve ser analisada à luz dos aspectos jurídicos que a permeiam.

a. Conforme apontado no expediente remetido pelo Chefe do Gabinete do DGP ao Chefe da Assessoria Jurídica desse Órgão, a SEF, de fato, já se manifestou sobre a questão do adicional de habilitação relativamente aos OTT. Com efeito, o Parecer 019/AJ/SEF, de 14 Fev 07, concluiu que *“o militar Técnico-Temporário fará jus ao adicional de habilitação, de acordo com sua graduação acadêmica, a contar do momento em que apresentar prova de conclusão do curso respectivo (diploma ou certificado), o qual deverá ser devidamente verificado segundo as normas pertinentes. No entanto, a percepção do direito aludido somente se configurará uma vez vencido, por completo, o Estágio de Serviço Técnico, isto é, depois de ultrapassadas as duas fases do mesmo”*.

b. Isso significa que somente depois de superadas as duas fases do respectivo estágio é que o adicional de habilitação será devido. Por *duas fases* deve-se entender o período total de *doze meses*, nos termos do §1º do Decreto 4.502, de 09 Dez 02, que aprovou o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva (RCORE). O percentual a ser pago, vencido o estágio, será o correspondente ao nível acadêmico do militar interessado.

c. Dessa maneira, tem-se que, de fato, a implantação do adicional de habilitação em favor de militares que *ainda* se encontravam na *segunda fase do EST*, dentro do período do primeiro ano, derivou de *erro* da Administração, conforme apurado pelo OD do DGP. Assim, diante da ilegalidade verificada, tendo em vista a incidência do Princípio da Autotutela da Administração, consubstanciado na Súmula 373 do Supremo Tribunal Federal e no art. 53 da Lei 9.784, de 29 Jan 1999, impõe-se a necessária *anulação* do referido ato de implantação. Confirme-se:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

d. Passa-se a seguir à discussão quanto à necessidade de devolução das quantias indevidamente recebidas por parte daqueles beneficiados pelo ato administrativo errôneo. Há que se apontar, nesse aspecto, que razão assiste à tese de aplicação da Súmula 249 do TCU, cujo teor transcreve-se a seguir:

É dispensada a reposição de importâncias indevidamente recebidas, de boa fé, por servidores ativos e inativos, e pensionistas, em virtude de erro escusável de interpretação de lei por parte do órgão/entidade, ou por parte de autoridade legalmente investida em função de orientação e supervisão, à vista da presunção de legalidade do ato administrativo e do caráter alimentar das parcelas salariais.

e. O caso ora em discussão amolda-se perfeitamente à hipótese delineada pelo prescrito acima. Ou seja, a implantação do índice irregular, relativo ao adicional de habilitação, originou-se de interpretação errada, embora escusável, da própria Administração, conforme apontado pelo OD desse Departamento-Geral. Dessa maneira, tendo em vista o caráter alimentar das verbas percebidas, não haverá falar-se em qualquer tipo de reposição, a não ser se comprovada a má-fé por parte dos militares beneficiados. Nesse diapasão, verificam-se reiteradas decisões de nossos tribunais (v.g. REsp 645.165/CE e MS 10740, ambos do Superior Tribunal de Justiça).

f. Seguindo essa linha de raciocínio, há que se apontar, na esteira do entendimento vigente nesta Secretaria, que sempre que a revisão de determinado ato administrativo puder provocar privação de liberdade ou restrição patrimonial do administrado, deve haver, obrigatoriamente, instauração prévia de processo administrativo em que se garanta aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa. Trata-se, pois, de acatar os mandamentos da Lei 9.784, de 1999, nos termos dos Pareceres nº 005/AJ/SEF, de 11 Jan 07, nº 081/AJ/SEF, de 27 Set 06, nº 082/AJ/SEF, de 29 Set 06 e nº 078/AJ/SEF, de 28 Ago 07, a cujos teores nos reportamos.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	Pág 29	
----------	--	--------	--

(Continuação do Ofício 064–Asse Jur–08 (A/1-SEF), de 28 de março de 2008 – página 3)

g. Significa dizer que mesmo se houvesse indícios de má-fé, por parte dos beneficiados pelo ato errôneo da Administração, somente poderia haver imposição quanto à devolução de quantias indevidamente recebidas *depois* de realizados o processo administrativo respectivo, à luz do *devido processo legal*, direito este garantido, como fundamental, pelo inciso LV do art. 5º da Constituição Federal.

4. Dessa maneira, pois, há que se afirmar que a implantação do adicional de habilitação a militares durante a realização do EST traduziu-se em *erro da Administração*. Assim, em face do Poder de Autotutela, impõe-se a necessária anulação desse ato. Não há, contudo, o que se falar a respeito de devolução de quantias recebidas a maior pelos beneficiados, eis que inexistente comprovação de má-fé por parte dos mesmos. Aplica-se, portanto, a Súmula 249, do Tribunal de Contas da União.

5. Isso posto, incumbiu-me o Sr Secretario de Economia e Finanças de remeter as presentes considerações a esse Departamento-Geral, o que faço por intermédio de Vossa Excelência, para conhecimento e adoção de providências julgadas cabíveis.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

ANEXO “C”

AUXÍLIO-FARDAMENTO

Esta Inspetoria recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

Brasília-DF, 03 de outubro de 2008.

Of nº 329 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 2ª Inspetoria de Contabilidade e
Finanças do Exército

Assunto: auxílio-fardamento

Ref: Of nº 064-S1, de 20 out 08

Anexo: Parecer nº 078 /AJ/SEF, de 03 nov 08

1. Versa o presente expediente sobre auxílio-fardamento devido por conta de sinistro.
2. Remeto-vos o entendimento desta Secretaria sobre o assunto em epígrafe, nos termos do Parecer anexo, para conhecimento e adoção de providências decorrentes.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 31	
----------	---	--------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

PARECER Nº 078/AJ/SEF

Brasília, 03 de novembro de 2008.

1. EMENTA – direito; auxílio-fardamento; sinistro; indenização; proporcionalidade; integralidade; poucas peças; enriquecimento ilícito.

2. OBJETO – verificar os valores devidos a título de auxílio-fardamento por conta de sinistro sofrido por militar, em que foram perdidas poucas peças de uniforme.

3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- a. Constituição Federal, de 05 out 1988
- b. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 ago 01 – Reestrutura a Remuneração dos Militares
- c. Lei nº 9.784, de 29 jan 1999 – Dispõe sobre o Processo Administrativo
- d. Decreto nº 4.307, de 18 jul 02 – Regulamenta a MP 2.215-10, de 2001

4. RELATÓRIO

a. Trata-se de questão encaminhada pela 2ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (2ª ICFEx), fruto de consulta realizada pelo Comando Militar do Sudeste (CMSE).

b. Com efeito, informa o Chefe do Estado-Maior daquele Grande Comando que a 1º Ten VALÉRIA BAUTISTA solicitou auxílio-fardamento com fundamento na legislação pertinente em razão da perda de algumas peças de seu uniforme (duas túnica, uma saia e uma gravata).

c. Conforme sindicância mandada instaurar, verificou-se que a militar havia deixado tais peças no interior de seu automóvel e quando se deslocava para visitar uma amiga, caiu vítima de roubo. Foram-lhe subtraídos o próprio carro e todos os bens que nele se encontravam, inclusive os uniformes. Tal fato foi considerado como *sinistro* pelo sindicante, que, dessa forma, opinou pelo cabimento do auxílio-fardamento.

d. Ao solucionar a sindicância, a autoridade instauradora, Comandante Militar do Sudeste, entendeu como cabível a concessão da verba em epígrafe. Contudo, uma vez que a perda resumiu-se a poucas peças de uniforme, levantou aquele Comandante a possibilidade de pagamento parcial do direito, à luz dos Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade, em que pese a inexistência de previsão legal para tanto.

e. Diante dessa dicotomia, determinou a remessa de consulta à Setorial Contábil de vinculação. O Chefe do Estado-Maior do CMSE, ao encaminhar a questão à ICFEx, posicionou-se favoravelmente à tese sugerida pela autoridade instauradora da sindicância. A Inspeção, analisando a matéria, entendeu ser incabível a concessão do auxílio-fardamento de forma proporcional, diante da falta de dispositivo normativo nesse sentido.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 32	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 078 /AJ/SEF, de 03 de novembro de 2008 – página 2)

f. Dessa maneira, o assunto veio a exame por parte desta Secretaria, visando à pacificação de entendimentos e à solução da demanda.

5. APRECIÇÃO

a. O auxílio-fardamento é, nos termos do inciso XII do art. 3º da MP nº 2.215-10, de 2001, o *"direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com fardamento"*. A Tabela II do Anexo IV do mencionado diploma legal estabelece as condições sob as quais a aludida verba é paga. Destaca-se, por interessar diretamente à solução da presente consulta, o contido na letra l: *O militar que perder o uniforme em sinistro ou em caso de calamidade faz jus à percepção de um valor representativo equivalente a um soldo e meio*. Ao regulamentar tal comando, o Decreto nº 4.307, de 2002, dispôs, em seu art. 62, que a concessão da verba será avaliada mediante sindicância.

b. Sobre a possibilidade de se considerar *furto* ou *roubo* como *sinistro*, de molde a autorizar o pagamento do auxílio-fardamento, esta Assessoria assim se pronunciou, nos termos do Of nº 026-Asse Jur-05 (A1/SEF), de 21 fev 05:

h. Não há, então, como se chegar a um conceito definitivo sobre a abrangência de sinistro, já que leis e doutrinadores ora o caracterizam como acontecimento independente da vontade humana, ora como dela decorrente. Nessa senda, furto poderá ou não ser considerado sinistro, dependendo da legislação ou do autor em que se busca supedâneo.

i. Dispôs o legislador na MP 2.215-10, de 2001, que, no caso de perda de uniforme por calamidade ou sinistro será devido o auxílio-fardamento no valor de 1,5 soldo. Em regulamentação certa, estipulou o Executivo que, nesse caso, a concessão de tal direito será avaliada mediante sindicância. Significa dizer que o diploma regulamentador deixou ao sindicante e à autoridade competente, a responsabilidade de avaliar se determinado caso encontra-se ou não na esfera conceitual de sinistro. Como se percebe, existe aí uma elevada margem de subjetivismo, já que, conforme o fundamento legal e doutrinário buscados, o furto poderá ou não ser entendido como sinistro.

6. Isso posto, esta Assessoria entende que seja pelo ponto de vista que entende ser o furto legítimo caso de sinistro, seja pelo prisma que o considera como fora desse conceito, existirá o fulcro jurídico correspondente. Cabe, portanto, ao sindicante e, assim, à autoridade competente, fazendo uso do subjetivismo permitido pela legislação, determinar, caso a caso, se determinado furto pode ou não ser considerado como sinistro. Daí a necessidade de sindicância. (...).

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 33	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 078 /AJ/SEF, de 03 de novembro de 2008 – página 3)

c. Como se denota, de acordo com o entendimento pretérito deste Órgão de Assessoramento, cabe à autoridade competente, ultrapassada a sindicância, decidir se determinado caso de furto ou roubo pode ser considerado como *sinistro*.

d. Como se infere da documentação trazida a exame, o Comandante Militar do Sudeste, no exercício de sua competência, vencida a sindicância, entendeu que o fato envolvendo a 1º Ten VALÉRIA BAUTISTA, resultante de roubo sofrido pela militar, deve ser caracterizado como *sinistro*.

e. A partir daí ganha vulto a questão envolvendo a possibilidade de pagamento proporcional do auxílio-fardamento, tendo em vista que apenas algumas peças de uniforme foram sinistradas. A opinião do Chefe do Estado-Maior do CMSE é no sentido de ser possível tal pagamento, à luz do Princípio da Proporcionalidade e da Razoabilidade, entendimento do qual diverge a ICFEx, sob a argumentação de *falta de previsão legal*.

f. O Princípio da Razoabilidade, sob a feição de proporcionalidade entre meios e fins, está contido de modo expresso no *caput* do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 jan 1999:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

g. De molde a não deixar dúvidas quanto ao entendimento que se deve ter a partir de tais princípios, deve-se observar os incisos VI, VIII e IX do parágrafo único do dispositivo acima mencionado:

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

(...)

VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

h. Diante das disposições legais acima, é preciso analisar a eventual aplicação do Princípio da Proporcionalidade e da Razoabilidade pela Administração Militar ao caso posto a exame. Para tanto, valemo-nos da lição da eminente MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO (*in* Direito Administrativo, 18ª ed. Atlas, São Paulo, 2005, p. 81), *in verbis*:

"Trata-se de princípio (razoabilidade) aplicado ao Direito Administrativo como mais uma das tentativas de impor-se limitações à discricionariedade administrativa, ampliando-se o âmbito de apreciação do ato administrativo pelo Poder Judiciário.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 34	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 078 /AJ/SEF, de 03 de novembro de 2008 – página 4)

Segundo Gordillo (1977:183-184), 'a decisão discricionária do funcionário será ilegítima, apesar de não transgredir nenhuma norma concreta e expressa, se é irrazoável, o que pode ocorrer, principalmente quando:

a) não dê os fundamentos de fato ou de direito que a sustentam ou;

b) não leve em conta os fatos constantes do expediente ou públicos ou notórios; ou

c) não guarde uma proporção adequada entre os meios que emprega e os fins que a lei deseja alcançar, ou seja, que trate de uma medida desproporcionada, excessiva em relação ou que se deseja alcançar".

i. Por sua vez, ensina o Prof. CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO (in Curso de Direito Administrativo, 17ª ed. Malheiros, São Paulo, 2004, p. 99):

"Enuncia-se com este princípio (da razoabilidade) que a Administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosa das finalidades que presidiram a outorga de competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto jurisdicionalmente invalidáveis -, as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas em desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da leis atributiva da discricção almejada.

(...)

Este princípio (da proporcionalidade) enuncia a idéia – singela, aliás, conquanto freqüentemente desconsiderada – de que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas. Segue-se que os atos cujos conteúdos ultrapassem o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade, porquanto desbordam do âmbito da competência; ou seja, superam os limites que naquele caso lhes corresponderiam."

j. Por fim, arremata, com a precisão de sempre, o mestre HELY LOPES MEIRELLES (in Direito Administrativo Brasileiro, 29ª ed. Malheiros, São Paulo, 2004, p. 92):

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 35	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 078 /AJ/SEF, de 03 de novembro de 2008 – página 5)

"Sem dúvida pode ser chamado de princípio da proibição de excesso, que, em última análise, objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão a direitos fundamentais. Como se percebe, parece-nos que a razoabilidade envolve a proporcionalidade, e vice-versa. (...)

De fácil intuição, a definição de razoabilidade revela-se quase sempre incompleta ante a rotineira ligação que dela se faz com a discricionariedade. Não se nega que, em regra, sua aplicação está mais presente na discricionariedade administrativa, servindo-lhe de instrumento de limitação, ampliando o âmbito de seu controle, especialmente pelo Judiciário e até mesmo pelos Tribunais de Contas. (...).

No aspecto da atuação discricionária, convém ter presente ensino de Diogo de Figueiredo Moreira Neto demonstrando que a razoabilidade 'atua como critério finalisticamente vinculado, quando se trata de valoração dos motivos e da escolha do objeto' para a prática do ato discricionário. Deve haver, pois, uma relação entre a finalidade e os padrões de oportunidade e conveniência."

l. Como se infere, a doutrina é unânime ao apontar que a *razoabilidade* e a *proporcionalidade* estão ligadas aos *atos discricionários* da Administração. Vale dizer: se a lei autorizar que o administrador *escolha* a maneira de atuar, dando-lhe uma margem de atuação, o ato decorrente deverá ser sempre praticado de modo *razoável* e *proporcional* à finalidade a que se destina. Isso ocorre, por exemplo, quando da imposição de uma multa ou quando da exigência de comprovações diversas, situações essas em que o administrador não deve ir além do necessário, evitando-se exageros.

m. No que tange ao caso trazido a baila, não existe *margem de discricionariedade*. Ou seja, não prevê a lei que a Administração pague o auxílio-fardamento por conta de *sinistro* em valores menores do que 1,5 soldo. Nem mesmo a perda de apenas *algumas peças* de uniforme autoriza a diminuição da indenização. À luz do Princípio da Legalidade, que possibilita ao administrador agir somente de acordo com o permissivo legal, não há possibilidade de pagamento proporcional da verba em tela.

n. Exatamente em função dessa idéia, esta Secretaria vem entendendo que a concessão do auxílio-fardamento de forma proporcional é incabível. Não há margem de discricionariedade para tanto, mas imposição da lei quanto a um valor fixo. Nesse sentido, *vide* o Of nº 068-Asse Jur-04 (A1/SEF), de 17 jun 04, o Of nº 077-Asse Jur-04 (A1/SEF), de 08 jul 04. Ou seja, mesmo nos casos em que poucas peças de uniformes foram sinistradas, não há amparo legal para que se proceda ao pagamento do auxílio-fardamento de outra maneira que não seja equivalente à integralidade do benefício.

o. Por outro lado, meditando sobre o assunto, é de se entender que no caso de somente algumas peças de uniforme serem sinistradas, o pagamento do auxílio-fardamento revela-se por demais exagerado. Natural concluir que, nessa hipótese, haveria *enriquecimento indevido* por parte do beneficiário, eis que pela perda de peças isoladas terminaria recebendo valores que, em verdade, seriam suficientes para cobrir os custos de todo o conjunto de uniformes. p. Parece-nos ser essa a intenção do legislador. O auxílio-fardamento devido por conta de sinistro tem o mesmo valor do auxílio-fardamento pago aos militares em início de carreira¹. Vale dizer, tanto num como noutro caso, a verba destina-se a fazer frente aos gastos necessários à compra de *todos os uniformes* de posse obrigatória do militar.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 36	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 078 /AJ/SEF, de 03 de novembro de 2008 – página 6)

q. Significa afirmar que o auxílio-fardamento devido por conta de *sinistro* reflete uma necessidade de utilização que visa à compensação de custos relativos a *todo o conjunto de uniformes*. Nessa linha de raciocínio, apenas a perda de *todo o uniforme* poderia ser entendida como *sinistro*, de molde a ensejar o pagamento da referida verba.

r. Em vista de tal constatação, deve-se reconsiderar o posicionamento antes adotado no âmbito desta Assessoria: o *furto* ou o *roubo* deve ser avaliado como *sinistro* se, e somente se, ensejar a perda de *todo o uniforme*. Se apenas poucas peças forem furtadas ou roubadas, não se poderá entender que houve *sinistro*, pelo menos não do modo como previsto na legislação.

s. Nesse diapasão, a perda de poucas peças de uniforme – seja por furto, seja por roubo, seja por calamidade pública, seja por caso fortuito ou força maior – terá a mesma natureza do *desgaste* natural que tais peças sofreriam normalmente, o que é compensado pelo implemento periódico do auxílio-fardamento a cada três anos ou por conta da promoção do militar.

t. Portanto, para efeitos de aplicação da alínea *l* da Tabela II do Anexo IV da MP nº 2.215- 10, de 2001, somente a perda de *todo o uniforme* poderá ser considerada *sinistro*, eis que o valor do auxílio-fardamento, nesse caso, destina-se a compensar o prejuízo de todas as fardas do militar. O pagamento de tal quantia em face da perda de poucas peças, ao contrário de compensar eventuais prejuízos contribuirá para com o *enriquecimento indevido* do beneficiário, o que não se pode aceitar.

u. A *razoabilidade*, dessa forma, deve ser empregada de molde a garantir a supremacia do interesse público atendendo-se, tão-somente, aquele cuja perda realmente torna necessário o socorro da Administração. Vale dizer: o sinistro a que se refere a norma em tela deve ser severo o suficiente para tornar imprescindível a intervenção do ente público. Somente se todo o fardamento for perdido é que a indenização em pauta será necessária. A perda de apenas algumas peças não obriga o militar a comparecer a eventos sem seu uniforme. A perda de apenas algumas peças não impede o militar, em suma, de utilizar-se das peças remanescentes e cumprir suas atribuições.

t. O pagamento do auxílio-fardamento por sinistro, apenas nos casos de perda total do uniforme, é, sem dúvida, medida que, à luz da MP nº 2.215-10, de 2001, também atende à razoabilidade que se exige dos atos do administrador, eis que não se pode conceber que o mesmo atue de modo a beneficiar determinada pessoa além do necessário. Trata-se, portanto, num espectro maior, de acatamento do Princípio da Moralidade, numa acepção que deve primar pelo correto uso do dinheiro público, evitando-se o implemento de benefícios exagerados e anti-éticos, que superem os fins exatos a que se destinam.

1 Aos nomeados Oficiais ou Sargentos, ou matriculados em escolas de formação mediante habilitação em concurso e os nomeados Capelães Militares e aos declarados Guarda-Marinha ou Aspirante a Oficial da Ativa, ou promovidos a Terceiro Sargento, de acordo com a Tabela II do Anexo IV da MP 2.215-10, de 2001

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 37	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 078 /AJ/SEF, de 03 de novembro de 2008 – página 7)

6. CONCLUSÃO -

Isso posto, é de se afirmar que:

a. À luz da alínea *l* da Tabela II do Anexo IV da MP nº 2.215-10, de 2001, para efeitos de pagamento do auxílio-fardamento, deve-se considerar como *sinistro* somente os fatos (furto, roubo, calamidade pública, caso fortuito ou força maior) que ensejam a perda de todo o uniforme.

b. Trata-se de aplicação do Princípio da Moralidade e da Razoabilidade, evitando-se pagar o valor fixo de 1,5 do soldo do militar àquele que perde apenas algumas peças do uniforme, o que levaria ao enriquecimento indevido do mesmo.

c. Diante dos fundamentos acima, para efeitos de aplicação das normas pertinentes, não se pode considerar que a perda de peças de uniforme sofrida pela 1º Ten VALÉRIA BAUTISTA seja entendida como *sinistro*, não havendo, portanto, substrato legal suficientemente razoável para ensejar o pagamento do auxílio-fardamento à referida militar.

d. Em vista da nova interpretação ora adotada, devem ser tornados insubsistentes os seguintes documentos: Of nº 068-Asse Jur-04 (A1/SEF), de 17 jun 04, Of nº 077-Asse Jur-04 (A1/SEF), de 08 jul 04, e Of nº 026-Asse Jur-05 (A1/SEF), de 21 fev 05.

**É o Parecer.
S.M.J.**

GUSTAVO CASTRO ARAUJO – 1º Ten QCO - Direito
Adjunto da Assessoria Jurídica/SEF

De Acordo:

OCTAVIO AUGUSTO GUEDES DE FREITAS COSTA - Cel
Rsp p/ Chefe da Assessoria Jurídica /SEF

7. DECISÃO –

a. Concordo com o presente Parecer.

b. A Assessoria Jurídica da SEF encaminhe ao Chefe da 2ª ICFEx, para remessa ao Comando Militar do Sudeste.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

ANEXO “D”
FÉRIAS NÃO GOZADAS

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

Brasília, 29 de outubro de 2008.

Of nº 316 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Comandante da 10ª Região Militar

Assunto: férias não gozadas

Ref.: Of nº 537 – AsseJur/10, de 9 out 08 e anexo.

Anexo: Parecer nº 2431/CJACEX, de 5 nov 01

1. Trata-se de estudo sobre férias adquiridas e não gozadas antes da Medida Provisória nº 2131, de 28 de dezembro de 2000.

2. No dia 15 out 08, esta Secretaria recebeu o Of nº 537 – AsseJur/10, de 9 out 08, por intermédio do qual o Comandante da 10ª Região Militar (Cmt 10ª RM) encaminhou o Parecer nº 102 – Asse Jur/10, de 7 out 08, formulado em razão de consultas elaboradas por Organizações Militares vinculadas àquele Grande Comando, as quais contemplam dúvidas relativas às férias adquiridas e não gozadas antes da Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2001, especificamente a respeito da possibilidade de percepção de indenização ou de contagem em dobro para fins de transferência à reserva.

3. O Cmt 10ª RM salientou que a Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando do Exército (CJACEX) já havia se manifestado parcialmente sobre o assunto, razão pela qual sugeriu que, se esta Secretaria julgasse conveniente, poderia propor o reexame da matéria à CJACEX.

4. De acordo com o aludido parecer, além da consulta do Chefe da Seção de Pagamento de Pessoal da própria 10ª RM àquela Assessoria Jurídica, relativa às férias do **ano de 1981**, do 1º Sgt RANCISCO JOSÉ DE LIMA SOUSA, também foram dirigidas ao Cmt 10ª RM consulta oriunda do 23º Batalhão de Caçadores, relativa às férias do **ano de 1983** de militares daquela OM, bem como do Hospital Geral de Fortaleza, relativa às férias do **ano de 1974**, do Cap QAO ERALDO PIMENTEL DAS NEVES. Nas referidas consultas, que não foram remetidas a este ODS, sustenta-se que a contagem em dobro ou a conversão em pecúnia das férias adquiridas e não gozadas antes da vigência da MP nº 2131, de 2000, encontraria amparo nos seguintes artigos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001:

Art. 9º O militar, ao ser transferido para a inatividade remunerada, além dos direitos previstos nos arts. 10 e 11 desta Medida Provisória, faz jus:

.....
II - ao valor relativo ao período integral das férias a que tiver direito e, ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço.
.....

1 Primeira edição da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a atual Lei de Remuneração dos Militares, que tem força de Lei em razão da Emenda Constitucional nº 32/2001.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 39	
----------	---	--------	--

(Continuação do Ofício 316 – Asse Jur – 08 (A/I-SEF), de 29 de outubro de 2008 – página 2)

Art. 36. Os períodos de férias não gozadas, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser contados em dobro para efeito de inatividade.

5. O estudo da Assessoria Jurídica da 10ª RM faz referência ao Parecer nº 2.431, de 5 de novembro de 2001, aprovado pelo Comandante da Força Terrestre, o qual teria consolidado o entendimento no sentido da impossibilidade de registrar alterações relativas a férias adquiridas e não gozadas há mais de cinco anos, em razão da prescrição quinquenal prevista no Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932².

6. De acordo com aquela Assessoria, o raciocínio adotado pela CJACEX parte da premissa de que o registro das férias não gozadas, nas alterações do militar, seria condição indispensável para que o período fosse contado em dobro para fins de transferência à reserva. Adotando-se tal raciocínio, também não seria possível a indenização das férias não gozadas que não estivessem registradas nas alterações do militar.

7. Não obstante, defende-se, no parecer da 10ª RM, que a questão deve ser abordada de outro ângulo, pois a maioria dos casos de férias não gozadas ocorreu na época de prestação do serviço militar inicial, período no qual o direito às férias era controvertido antes da manifestação do Departamento-Geral do Pessoal, em seu Boletim nº 16, de 7 de fevereiro de 1986. Além disso, sustenta a 10ª RM os seguintes argumentos:

a. O teor dos dispositivos relativos às férias do Estatuto dos Militares vigente em 1970, Decreto-Lei nº 1.029, de 21 de outubro de 1969³, bem como do atual Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980⁴, estabelecem que a sua concessão é um dever da Administração e a sua fruição um direito do militar;

b. O Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG) vigente no período das férias não gozadas pelos militares, o Decreto nº 42.018, de 9 de agosto de 1957, estabelece que é obrigação do Comandante a concessão de férias ao militar que lhe está subordinado⁵, bem como o registro dos fatos relevantes da vida do militar em suas alterações⁶ e a publicação das férias em boletim interno⁷ da OM. Por tais razões, a ausência da concessão de férias nas alterações do militar revela o descumprimento de um dever pela Administração Militar;

c. Conforme o entendimento manifestado, seria desnecessária a instauração de sindicância para verificar se o militar deixou de gozar férias em determinado ano, pois se as tivesse desfrutado, tal fato estaria registrado nas alterações. Por outro viés, a Administração Militar poderia instaurar sindicância para comprovar que o militar gozou as férias em determinado ano, apesar da ausência de registro nas alterações, mas, se assim não procedesse, deveria concluir pela presunção de que as férias não foram concedidas nem gozadas. Em outras palavras, não havendo registro de férias nas alterações do militar, deve-se presumir que não foram concedidas;

² Art. 1º - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

³ Art. 62. As férias são dispensas totais do serviço concedidas anualmente aos militares, de modo obrigatório e de acordo com as prescrições regulamentares.

⁴ Art. 63. Férias são afastamentos totais do serviço, anual e obrigatoriamente concedidos aos militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se referem e durante o ano seguinte.

⁵ Art. 78. O Comandante do Corpo é responsável pela sua administração, instrução e disciplina; cumpre-lhe, além dos encargos que lhe são taxativamente atribuídos pelos diversos regulamentos, quer quanto à instrução e disciplina, quer quanto às relações com os diversos órgãos de comando e serviços, quer finalmente, quanto à administração propriamente dita, as atribuições e deveres seguintes:

17) conceder férias aos seus subordinados, de acordo com as normas estabelecidas neste regulamento;

⁶ Art. 78: [...]

22) mandar registrar nos assentamentos dos seus comandados as alterações concernentes à sua vida militar, inclusive as declarações de herdeiros.

⁷ Art. 356. Férias são dispensas totais do serviço, concedidas obrigatória e anualmente a oficiais e praças em cada Corpo. Estabelecimento ou Repartição, nas condições estabelecidas neste Regulamento.

Art. 357. O gozo de férias obedecerá às seguintes disposições:

4) o boletim interno publicará a concessão das férias ao subordinado, declarando ainda a data em que o mesmo deverá apresentar-se à organização, pronto para o serviço:

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 40	
----------	---	--------	--

(Continuação do Ofício 316 – Asse Jur – 08 (A/1-SEF), de 29 de outubro de 2008 – página 3)

d. Aduz, também, que a contagem em dobro do período de férias supostamente não gozadas, para efeito de transferência para a reserva, já estava prevista na redação do Estatuto dos Militares anterior às alterações introduzidas pela MP nº 2.131 de 2000, convertida na MP nº 2.215-10, de 2001, elencando de forma taxativa as hipóteses em que a Administração Militar poderia deixar de conceder férias;

e. Conclui parcialmente que, se nas hipóteses justificáveis para a não concessão de férias, previstas no Estatuto dos Militares, a Administração Militar pode computar tal período em dobro, para efeito de transferência para a reserva, com mais razão deve adotar tal procedimento nas hipóteses não justificáveis;

f. Acrescenta, a seguir, que a exigência de registro não deve ser interpretada como condição indispensável para o cômputo em dobro das férias não gozadas, porque o militar não pode ser prejudicado por eventual omissão no cumprimento da obrigação de proceder à publicação e ao registro de tal fato. As férias não gozadas antes da MP nº 2.131, de 2000, devem ser computadas em dobro para fins de transferência para a reserva, pois tal direito foi preservado pela norma;

g. Sustenta essa RM que, no tocante ao período de férias não gozadas antes da MP nº 2.131, de 2000¹⁰, este deve ser contado em dobro no cômputo do tempo de serviço necessário para a passagem à inatividade; no caso da não fruição das férias ter ocorrido após a publicação da citada norma, ser convertida em pecúnia. Defende, ainda, que se o efeito da nova regra é mais benéfico, esta deve ser aplicada às questões pendentes, ou seja, as férias que deixaram de ser gozadas antes da referida MP devem ser indenizadas quando da transferência do militar para a reserva;

h. Partindo da premissa de que as férias não gozadas antes da edição da MP nº 2.131, de 2000, também devem ser indenizadas, pois tal direito nasceria na passagem para a reserva, defende a 10ª RM que o fluxo da prescrição quinquenal¹¹ tem início em tal momento. Em outras palavras, todas as férias não usufruídas, antes ou depois da MP nº 2.131, de 2000, devem ser indenizadas na passagem para a reserva remunerada, a partir de quando tem início o fluxo do prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

8 Art. 63. Férias são afastamentos totais do serviço, anual e obrigatoriamente concedidos aos militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se referem e durante todo o ano seguinte.

§ 4º Somente em casos de interesse da segurança nacional, de manutenção da ordem, de extrema necessidade do serviço, de transferência para a inatividade, ou para cumprimento de punição decorrente de contravenção ou de transgressão disciplinar de natureza grave e em caso de baixa a hospital, os militares terão interrompido ou deixarão de gozar na época prevista o período de férias a que tiverem direito, registrando-se o fato em seus assentamentos.

§ 5º Na impossibilidade do gozo de férias no ano seguinte pelos motivos previstos no parágrafo anterior, ressalvados os casos de contravenção ou transgressão disciplinar de natureza grave, o período de férias não gozado será computado dia a dia, pelo dobro no momento da passagem do militar para a inatividade e, nesta situação, para todos os efeitos legais. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)

[...]

Art. 137. Anos de serviço é a expressão que designa o tempo de efetivo serviço a que se refere o artigo anterior, com os seguintes acréscimos:

V - tempo relativo a férias não-gozadas, contado em dobro; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)

§ 2º Os acréscimos a que se referem os itens II, IV e V serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade e, nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive quanto a percepção definitiva de gratificação de tempo de serviço, ressalvado o disposto no § 3º do artigo 101. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)

9 Art. 36. Os períodos de férias não gozadas, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser contados em dobro para efeito de inatividade.

10 Na edição da MP nº 2.215-10, de 2001:

Art. 9º O militar, ao ser transferido para a inatividade remunerada, além dos direitos previstos nos arts. 10 e 11 desta Medida Provisória, faz jus: [...] II - ao valor relativo ao período integral das férias a que tiver direito e, ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço.

11 Previsto no artigo 1º do Decreto nº 20.910, de 1.932, acima transcrito.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	Pág 41	
----------	--	--------	--

(Continuação do Ofício 316 – Asse Jur – 08 (A/I-SEF), de 29 de outubro de 2008 – página 4)

i. Uma vez resumidos os argumentos desenvolvidos pela 10ª RM, cumpre examinar o cabimento do pagamento de indenização ou da contagem em dobro para fins de transferência à reserva do período das férias adquiridas e não gozadas antes da Medida Provisória nº 2.131, de 2000.

8. Inicialmente, importante se faz destacar as seguintes premissas:

a. Ao contrário do que foi afirmado, o parecer nº 2431 da CJACEX não parte da premissa de que o registro das férias não gozadas seria condição indispensável para a contagem em dobro na transferência para a reserva, conforme uma leitura mais acurada do referido parecer permite concluir.

b. Na realidade, a consulta versava sobre a possibilidade de contagem em dobro de férias não gozadas relativas ao período de prestação do serviço inicial por militares incorporados antes de 1984. Após destacar que, na hipótese de reengajamento, eram obrigatórias a concessão do período respectivo e a fruição anual das férias, o referido parecer salientou as excepcionais hipóteses de não fruição das férias no período normal e a contagem em dobro, conforme o atual Estatuto dos Militares¹².

c. De acordo com o parecer nº 2431, em tais situações, os períodos de férias não gozadas “ficam resguardados para fins de contagem em dobro no momento da passagem para a inatividade, e somente para esse efeito”. Situação diferente é a dos militares que, por motivos diversos, não usufruíram férias no período regulamentar e, muitos anos depois, pretendem computar tais períodos em dobro na passagem para a reserva, o que se tornou inviável em face da fluência do prazo prescricional.

d. No parecer citado, é estabelecida a distinção entre as férias alcançadas pela prescrição quinquenal extintiva estabelecida pelo Decreto nº 20.910, de 1932 e as férias não gozadas no quinquênio anterior a 29 de dezembro de 2000, quando entrou em vigor a MP nº 2.131, de 2000, primeira edição da MP nº 2.215-10, de 2001, cujo artigo 36 restringiu o cômputo em dobro aos períodos de férias adquiridos e não gozados até 29 dez 2000.

e. Verifica-se, portanto, que a ausência de registro das férias não gozadas não foi o fundamento determinante do entendimento da Consultoria Jurídica-Adjunta desta Força, muito menos a condição inviabilizadora da contagem em dobro ou da respectiva indenização, mas sim a fluência do prazo prescricional para registrar fatos relacionados às férias não gozadas. Em outras palavras, ainda que houvesse registro de férias não gozadas nos anos de 1974 a 1983, o prazo prescricional inviabilizaria a contagem em dobro de tal período – se fosse o caso – ou a indenização, que sequer era prevista na época.

9. Uma vez realizados os esclarecimentos prévios necessários, cumpre delimitar o objeto da manifestação desta Secretaria, **esclarecendo que o pronunciamento será feito em termos gerais, considerando que não foram recebidas as consultas originárias dos militares que não teriam gozado férias nos anos de 1974, 1981 e 1983.**

a. A contagem em dobro do período de férias não gozadas era possível antes da MP nº 2.215-10, de 2001, porém, apenas nas hipóteses taxativas elencadas pelos Estatutos dos Militares vigentes nos anos de 1974 a 1983. Em outras palavras, não havia poder discricionário para deixar de gozar férias com o propósito de tal período ser computado em dobro no momento da passagem para a reserva. Pelo contrário, eram taxativas as hipóteses de não fruição das férias no período regulamentar.

b. O antigo Estatuto dos Militares (Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971), assim versava sobre o assunto:

¹² Não apenas a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, mas também os Estatutos anteriores: Lei nº 5.774/71, art. 68, Decreto-lei nº 1.029/69, art. 62 e Decreto-lei nº 9.698/46, art. 50; os Estatutos de 1946 e 1969 também autorizavam a acumulação de férias nos casos de necessidade ou interesse da segurança nacional ou da manutenção da ordem pública.

(Continuação do Ofício 316 – Asse Jur – 08 (A/1-SEF), de 29 de outubro de 2008 – página 5)

Art. 68. As férias são afastamentos totais do serviço, anual e obrigatoriamente, concedidos aos militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se referem e durante todo o ano seguinte.

.....
§ 3º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licenças para tratamento de saúde, por punição anterior decorrente de contravenção ou transgressão disciplinar, pelo estado de guerra ou para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como não anula o direito àquelas licenças.

§ 4º Somente em casos de interesse da Segurança Nacional, de manutenção da ordem, de extrema necessidade do serviço ou de transferência para a inatividade, os militares terão interrompido ou deixarão de gozar na época prevista o período de férias a que tiverem direito, registrando-se, então, o fato, em seus assentamentos.

§ 5º Na impossibilidade absoluta do gozo de férias no ano seguinte ou no caso de sua interrupção pelos motivos previstos o período de férias não gozado será computado dia a dia, pelo dobro, no momento da passagem do militar para a inatividade e somente para esse fim.

c. O atual Estatuto dos Militares, a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, contempla disposições similares:

Art. 63. Férias são afastamentos totais do serviço, anual e obrigatoriamente concedidos aos militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se referem e durante todo o ano seguinte.

.....
§ 3º A concessão de férias não é prejudicada pelo gozo anterior de licença para tratamento de saúde¹³, nem por punição anterior decorrente de contravenção ou transgressão disciplinar, ou pelo estado de guerra, ou para que sejam cumpridos atos em serviço, bem como não anula o direito àquela licença. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)

§ 4º Somente em casos de interesse da segurança nacional, de manutenção da ordem, de extrema necessidade do serviço, de transferência para a inatividade, ou para cumprimento de punição decorrente de contravenção ou de transgressão disciplinar de natureza grave e em caso de baixa a hospital, os militares terão interrompido ou deixarão de gozar na época prevista o período de férias a que tiverem direito, registrando-se o fato em seus assentamentos.

d. A MP 2.215-10, de 2001, **revogou** o § 5º do artigo 63 da Lei nº 6.880¹⁴, de 1980, que dispunha sobre a possibilidade de contagem em dobro das férias não gozadas:

e. O efeito prático de tal revogação consiste na impossibilidade de contagem em dobro das férias não gozadas - *pelos motivos elencados no § 4º do artigo 63 do atual Estatuto dos Militares* – a partir da primeira edição da MP 2.215-10, de 2001, a qual apenas ressalva a seguinte situação:

Art. 36. Os períodos de férias não gozadas, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, poderão ser contados em dobro para efeito de inatividade.

¹³ A MP nº 2.215-10, de 2001 modificou o § 3º do artigo 63, excluindo da sua redação a licença especial que foi extinta com a sua edição.

¹⁴ § 5º Na impossibilidade do gozo de férias no ano seguinte pelos motivos previstos no parágrafo anterior, ressalvados os casos de contravenção ou transgressão disciplinar de natureza grave, o período de férias não gozado será computado dia a dia, pelo dobro no momento da passagem do militar para a inatividade e, nesta situação, para todos os efeitos legais.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	<i>Pág 43</i>	
----------	--	---------------	--

(Continuação do Ofício 316 – Asse Jur – 08 (A/I-SEF), de 29 de outubro de 2008 – página 6)

f. A partir de tal data, não há previsão para a contagem em dobro das férias não gozadas, nem mesmo nas hipóteses elencadas no § 4º do artigo 63 do atual Estatuto dos Militares. A regra da nova sistemática estabelece que o militar, ao ser transferido para a inatividade remunerada, deverá receber indenização equivalente ao valor relativo ao período integral das férias a que tiver direito e ao proporcional do período incompleto, nos termos do artigo 9º, inciso II, da MP nº 2.215-10, de 2001, acima transcrito.

g. Além disso, a aquisição dos períodos de férias não gozadas a que se refere o artigo 36 da MP nº 2.215-10, de 2001, deve se amoldar às hipóteses previstas no § 4º do artigo 63 do atual Estatuto dos Militares, pois não havia qualquer regra que autorizasse a contagem em dobro em outras situações.

h. Por tais razões, verifica-se que a definição do termo inicial do prazo prescricional relativo às férias supostamente não gozadas nos anos de 1974, 1981 e 1983 é irrelevante para a solução da controvérsia ora examinada, pois além de não configuradas as hipóteses para a contagem em dobro, também não havia previsão de indenização em tal período.

10. Diante de tais considerações, *data máxima vênia*, verifica-se que a proposição dessa Região Militar, no sentido de que as aludidas férias não gozadas sejam contadas em dobro quando da passagem para a inatividade, ou convertidas em pecúnia, não encontra respaldo legal pelos seguintes motivos:

a. A contagem em dobro somente seria viável se os períodos de férias não gozadas, adquiridos antes de 29 de dezembro de 2000, se amoldassem às hipóteses taxativas dos Estatutos dos Militares vigentes em 1974, 1981 e 1983, o que não ocorreu;

b. A indenização de férias não gozadas também não se revela viável porque tal regra passou a valer após a primeira edição da MP nº 2.215-10, de 2001, não sendo possível a aplicação retroativa da norma a situações anteriores à sua vigência e que eram disciplinadas por regras distintas.

11. Nesses termos e considerando que o assunto se encontra pacificado no âmbito da Força Terrestre, informo, ainda, a VExa, que esta Secretaria considera ser desnecessário o reexame da matéria pela CJACEX.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008	Pág 44	
----------	---	--------	--

ANEXO “E” SUPRIMENTO DE FUNDOS

Esta Inspeção encaminhou à SEF a MSG SIAFI 2008/1159416, 10/10/08, abaixo transcrita, versando sobre concessão de Suprimento de Fundos com utilização de Destaques e Convênios:

DO CH 7 ICFeX
AO SR SUBSECRETARIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
ASSUNTO: SUPRIMENTO DE FUNDOS

1. ESTA SETORIAL ENCAMINHOU CONSULTA A DIRETORIA DE CONTABILIDADE ATRAVÉS DA MENSAGEM SIAFI 2008/1123330, DE 02 OUT 08, ABAIXO TRANSCRITA:

DO CH 7 ICFeX
AO SR SUBDIRETOR DE CONTABILIDADE

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE SUPRIMENTO DE FUNDOS COM RECURSOS DE DESTAQUES/CONVENIOS.
2. DE ACORDO COM INFORMAÇÃO PRESTADA DURANTE A REUNIÃO DOS CHEFES DE ICFeX, REALIZADA NA SEF, NO PERÍODO DE 22 A 26 SET 08, OS SUPRIMENTOS DE FUNDOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE DESTAQUE DEVEM SER EFETUADOS SOMENTE ATRAVÉS DE CONTA TIPO "B".
3. ISTO POSTO, SOLICITO-VOS A POSSIBILIDADE DE INFORMAR SE TAL PECULIARIDADE SE ESTENDE, TAMBÉM, AOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS, CUJOS RECURSOS SÃO PROVENIENTES DE CONVENIOS.

RECIFE-PE, 02 DE OUTUBRO DE 2008
JOSE ARNOBIO FERRAO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT
CHEFE 7 ICFeX

2. EM RESPOSTA ESTA ICFeX RECEBEU A MENSAGEM ABAIXO:

MENSAGEM: 2008/1144239 EMISSORA 160075 D CONT - SETORIAL FINANCEIRA
DE 07/10/08 AS 16:07 POR PEDRO MOREIRA DE MIRANDA
ASSUNTO: SUPRIMENTO DE FUNDOS.

DO: GESTOR FINANCEIRO DAD CONT
AO: SR OD DO 7 ICFeX/CONT

1. COM REF MSG 2008/1123330 DE 02OUT08 DESSA ICFeX.
2. SOLICITAMOS CONTACTAR A ASSESSORIA/2 DA SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS PARA ESCLARECIMENTOS, UMA VEZ QUE A DIRETORIA DE CONTABILIDADE NÃO RECEBE RECURSOS PROVENIENTES DE CONVENIO.

BRASILIA, DF, 07 DE OUTUBRO DE 2008

IVANIO JORGE FIALHO - CEL INT
GESTOR FINANCEIRO DA D CONT

3. ISTO POSTO, SOLICITO A V EXA A POSSIBILIDADE DE MANDAR ESTUDAR O CASO EM COMENTO, A FIM DE QUE ESTA SETORIAL POSSA DORAVANTE ORIENTAR AS UG VINCULADAS.

RECIFE, PE, 10 DE OUTUBRO DE 2008

JOSE ARNOBIO FERRAO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL
CHEFE DA 7A ICFeX

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 11, de 28 de novembro de 2008</i>	Pág 45	
----------	--	--------	--

Em resposta esta Inspeção recebeu da SEF a Mensagem abaixo transcrita:

MENSAGEM: 2008/1326654, de 17/11/08, DA SEF.

ASSUNTO: SUPRIMENTO DE FUNDOS - A/2 - SEF

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AO: SR CHEFE DA 7ª ICFEX

REF: MSG SIAFI 2008/1159416-7ª ICFEX, DE 10 DE OUTUBRO DE 2008

1. TRATA O PRESENTE EXPEDIENTE DE ATENDER CONSULTA ACERCA DA CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE DESTAQUES E CONVÊNIOS.

2. INFORMO A ESSA CHEFIA QUE A MENSAGEM SIAFI 2008/1224604 -D CONT, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, ORIENTA OS ORDENADORES DE DESPESAS SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (DESTAQUES).

3. QUANTO À UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS, OS PORTADORES DE CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL SÓ PODERÃO EFETIVAR SAQUES NOS TERMINAIS DO BANCO DO BRASIL, CASO A UG POSSUA LIMITE DE SAQUE AUTORIZADO À CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL, NA VINCULAÇÃO 412-"CARTÃO DE PAGAMENTO"; LOGO, CABERÁ À UG CONVENIENTE EXECUTORA, POR OCASIÃO DA APROPRIAÇÃO DO RECEBIMENTO DO NUMERÁRIO DISPONIBILIZAR, NO SIAFI, A FONTE DE RECURSOS COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO "412", PARA PERMITIR A CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR MEIO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (CPGF).

4. INFORMO, AINDA, A ESSA CHEFIA QUE A EMISSÃO DE NOTA DE LANÇAMENTO (NL) COM O CÓDIGO DE EVENTO 54.07.92, DESCRIÇÃO "CLASSIFICAÇÃO DE RECEITAS - GRU A CLASSIFICAR", PERMITE O REGISTRO DA APROPRIAÇÃO DO RECEBIMENTO DE NUMERÁRIO DE CONVÊNIOS, SEM RESTRIÇÃO PARA USO DA VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO "412".

BRASILIA - DF, 14 DE NOVEMBRO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS

"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRAR-LHES
O CAMINHO DO DEVER"